

ITCP's,
Economia Solidária e Capacitação:
primeiros passos para a formação de
equipe de incubação

Reflexões sobre a formação de novos bolsistas nas
Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
de Porto Alegre e região metropolitana



Apoio: PRONINC: SENAES-MTE, MCT, CNPq

Equipe de Elaboração: Alexandra Carla Segueto- ITCP/Unilassale, Artur Peluso Waismann - ITCP/UFRGS, Carlos Schmidt- ITCP/UFRGS, Égon Souza - ITCP/Unilassale, Fabio Bittencourt Meira - NEGA/UFRGS, Gilmar Gomes - ITCP/UFRGS, Gláucia Campregher - ITCP/UFRGS, Kellen Pasqualetto - ITCP/IFRS Campus POA, Paulo Albuquerque - NEGA/UFRGS, Pedro Costa - NEGA/UFRGS, Rafael Braga - ITCP/UFRGS, Renata dos Santos Hahn - ITCP/Unisinos, Tábata Silveira dos Santos- ITCP/UFRGS.

Revisão: Tábata Silveira dos Santos

Projeto Gráfico e Edição de Arte: Estela Santos

Organizadores: Gilmar Gomes e Kellen Pasqualetto

Tiragem: 600 exemplares

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

ITCPs, economia solidária e capacitação : primeiros passos para a formação de equipe de incubação : reflexões sobre a formação de novos bolsistas nas incubadoras tecnológicas de cooperativas populares de Porto Alegre e Região Metropolitana. / Gilmar Gomes, Kellen Pasqualetto (Org.). -- Porto Alegre, 2015. 54 p.: il.

1. Economia solidária. 2. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. 3. Porto Alegre. 4. Região Metropolitana. 5. Formação profissional. I. Gomes, Gilmar. II. Pasqualetto, Kellen.

CDU 330.162

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

SUMÁRIO

PARA QUÊ/QUEM SERVE ESSA CARTILHA?	5
APRESENTAÇÃO	6
COMO FOI ELABORADA A FORMAÇÃO PARA OS NOVOS BOLSISTAS?	10
CONTEÚDO, CONVIDADOS E METODOLOGIAS DE FORMAÇÃO	12
Módulos I e II - Primeiros Passos na Economia Solidária.	14
Texto 1: A Economia Solidária	16
Módulo III - Aprofundamento Econômico e Social	19
Texto 2: Influências do comportamento da Economia Solidária	20
Módulo IV - Marco Legal da Economia Solidária	21
Texto 3: Formalizando um Contraponto: Entraves e Aprendizados da Experiência	22
Módulo V - Realização da ES.	25
Texto 4: O que é sustentabilidade?	26
Texto 5: Agroecologia e Economia Solidária	29
Módulo VI - Intersectorialidades da Ecosol	31
Texto 6: O ideal é produzir mais tempo do que bens!	32
Módulo VII - Educação e Extensão na ES	36
Texto 7: Educação e extensão	37
Texto 8: A Educação Popular como método de incubação	41
Módulo VIII - Saída de Campo	44
Texto 9: A análise SWOT	44
Módulo IX - Economia Solidária e os Movimentos Sociais	47
Módulo X - Autogestão	48
Texto 10: Autogestão na economia solidária: aspiração e transpiração ...	49
Texto 11: AUTOGESTÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA	51
Módulo XI - último encontro	54

SIGLAS

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COEP: Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida

EES: Empreendimento de Economia Solidária

ES: Economia Solidária

FBB: Fundação Banco do Brasil

FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos

IES: Instituição de Ensino Superior

IFRS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

ITCPs: Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

NEGA: Núcleo de Estudos em Autogestão da UFRGS

OCB: Organização das Cooperativas do Brasil

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

POA: Porto Alegre

PRONINC: Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares

PUCRS: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RMPA: Região Metropolitana de Porto Alegre

SDR: Secretaria Estadual do Desenvolvimento Rural do RS

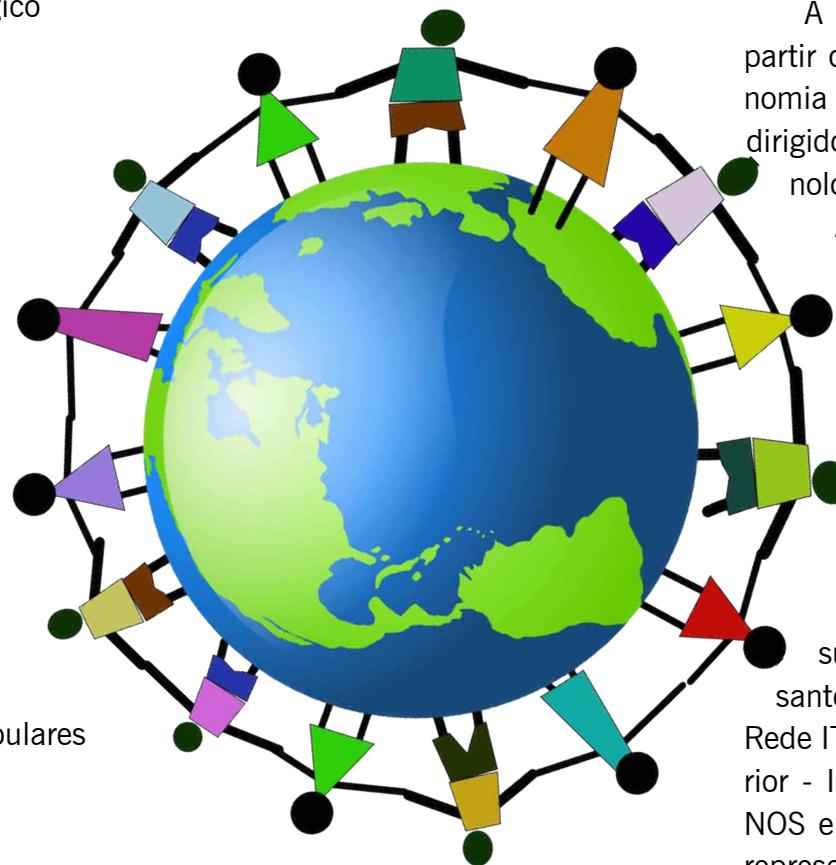
SENAES: Secretaria Nacional de Economia Solidária

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNILASALLE: Centro Universitário La Salle

UNISINOS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos

PARA QUÊ/QUEM SERVE ESSA CARTILHA?



A elaboração desta Cartilha foi imaginada a partir do curso de formação Nivelamento em Economia Solidária – ES, realizado no ano de 2014, dirigido aos e às bolsistas das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares de Porto Alegre e Região Metropolitana - ITCPs- POA e RMPA. No encerramento da formação, o grupo de participantes decidiu registrar as experiências adquiridas durante o processo, de modo que as reflexões sistematizadas neste Caderno possam estar contribuindo para a capacitação de novos ingressantes das equipes das ITCPs.

Os participantes do Nivelamento, em sua maioria foram bolsistas recém ingressantes das seis Incubadoras que constituem a Rede ITCPs RMPA das Instituições de Ensino Superior - IES: UFRGS, PUCRS, UNILASALLE, UNISINOS e IFRS/Campus POA, professores, técnicos e representantes de empreendimentos solidários e

que participaram como animadores da formação. Optou-se por selecionar algumas temáticas abordadas, relevantes para a Formação dos membros das Incubadoras e, desta forma, operar reflexões com o objetivo de compor os assuntos que fazem parte desta Cartilha. Importante destacar que esta publicação foi possível graças ao Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas - PRONINC¹, programa que contribui para a estruturação material das incubadoras, que possibilita a contratação da maioria dos bolsistas que formam as equipes de incubação.

Ao abordar aspectos fundamentais da Economia Solidária, a proposta desta Cartilha é a apresentação de conceitos e temas aos novos integrantes das incubadoras, assim como servir de base para a replicação de outras atividades formativas, de acordo com as necessidades de cada Instituição/Incubadora. Boa leitura!

¹ O PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, foi criado em 1997, a partir da articulação de uma série de entidades como a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, o Banco do Brasil, a Fundação Banco do Brasil e o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida-COEP. É uma política pública de governo que visa dar suporte e estrutura para as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCPs executarem ações e projetos de apoio à economia solidária. A partir de 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, passa a integrar o Comitê Gestor do PRONINC assim como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. A partir de 2013 ocorre uma parceria da SENAES, Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS/MCTI) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que viabilizam a continuidade e ampliação do PRONINC.

APRESENTAÇÃO

ITCPs, Economia Solidária e Capacitação: Primeiros passos para a formação de equipe de incubação. Reflexões sobre a Formação dos novos bolsistas das Incubadoras de POA e Região Metropolitana.

Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.
Cora Coralina

O mundo não é mais o mesmo. Vivemos múltiplas crises: econômica, social, ética que atinge todos e em diferentes contextos (nacional, regional, local) sem exceção, basta ler os jornais e assistir aos telejornais. E é justamente diante deste acúmulo e overdose de informações que as pessoas se dão conta que educação como fator diferenciador nem sempre dá conta das suas promessas – inclusão social, capacitação para o trabalho, sucesso financeiro. Dito de outro modo, a educação está tão presente na vida das pessoas e, o fato delas estarem o tempo todo apreendendo concorre para um paradoxo: as pessoas sabem tanto que não dão importância e não conseguem visualizar como se apresentam as propostas de educação. Estamos dizendo que educação como fenômeno é multifacetado, porque já se

pode falar de educação de forma ampla a partir de diferentes contextos ou espaços educativos.

A idéia de uma cartilha sobre ITCPs, Economia Solidária surgiu do estranhamento e do mal estar causado quando percebemos que no fazer produtivo da cooperação proposto pela Economia Solidária há outro modo, não só de pensar a produção da riqueza, como também de pensar a educação.

Os argumentos e razão de ser desta cartilha têm a ver com uma hipótese de trabalho: há nos processos educativos um componente extra-escolar que precisa ser distinguido, pois não se trata apenas de problemas técnicos da relação ensino-aprendizagem, mas problemas relacionados ao dia a dia de todos.

Tem a ver com ritmos, tempos de saber e tempos necessários para se fazer uso das informações que estão aí (na vida, na web, nos livros) e quem não sabe ler (os códigos), quem não possui um aprendizado anterior com o livro (das relações sociais), pode não saber distinguir o que é falso.

A educação derivada dos espaços sociais não referencia os livros, ele os pressupõe. Por esse motivo, para nós, esta cartilha sobre a Economia Solidária se apresentou como espaço educativo que insinua outra epistemologia baseada na prática e fundada na experiência de espaços educativos extra-classe.

Quando se pensa espaços educativos na maior parte das vezes o que se tem presente é uma compreensão lógica apoiada em modelos que marcaram a história da Escola e na força mobilizadora do mito “terra prometida” que o diploma ou certificação oferece.

O destino daqueles que aprendem depende das decisões de poucos e os modelos de pensamento, ação e organização são ditados por instituições distantes. Não foi o caso deste trabalho, que, ao ser organizado de forma coletiva, traz na sua tessitura a diversidade de um pensar que nos permite compreender uma proposta político pedagógica que tem na pedagogia política a sua diferença.

Os textos não têm um equilíbrio, até porque esta não foi a intencionalidade dos organizadores, mas pelo contraponto que fazem permitem compreender que o seus autores não padecem de uma “anemia schumpeteriana”, pelo contrário, neles percebe-se que não cabe a falta de ideais, a apatia ou a indiferença de conceber – ou sonhar – um ser humano plenamente realizado e completo num mundo de paz.

O Texto: *A Economia Solidária*, de Gilmar Gomes (ITCP-UFRGS), abre esta cartilha e nele já se evidencia aqueles elementos-chave que permitem perceber o diferencial da Economia Solidária: a

potência da experiência de vida que se apresenta no reconhecimento da alteridade um dos fatores éticos fundamentais.

O texto *Influências do comportamento da Economia Solidária*, do Carlos Schmidt (ITCP-UFRGS) faz um recorte interessante ao insinuar a possibilidade de pensar economia a partir da Economia Solidária e que na articulação destas duas dimensões aqueles elementos de democracia, autonomia podem configurar e fazer parte de um “fazer distinto”.

O Texto: *Formalizando um Contraponto na Universidade: Entraves e Aprendizados da Experiência* de Tábata Silveira dos Santos e Artur Peluso Waismann (ITCP-UFRGS), traz a reflexão de como nas práticas sociais uma experiência singular - organizar um espaço comercialização - pode não ficar reduzido a intermitência das trocas regidas apenas pelo mercado; a experiência da Contraponto, enquanto espaço de comercialização se configura também em práticas políticas e uma estratégia de aprendizagem social que vai além da um recurso técnico proposto pela universidade.

Os Textos *O que é sustentabilidade?* Égon Souza (ITCP/UNILASSALE) e *Agroecologia e Economia Solidária* de Rafael Braga (ITCP-UFRGS), falam-nos de temas que não podem ser pensado de forma isolada; permitem perceber que na confluência de

pensares existe a possibilidade de resignificar formas de como a Economia Solidária pode desafiar às “velhas” formas de “fazer política”. Nesse sentido, os textos trazem e dão a esta cartilha uma característica de antecipação social: pensar sustentabilidade e agroecologia como a consolidação de um campo contra-hegemônico onde entram em jogo todos os saberes, assim como, todos os sentimentos, desejos esperanças e indignações.

Em “*O ideal é produzir mais tempo do que bens!*”, de Gláucia Campregher (ITCP-UFRGS), ao trazer para a reflexão a questão do tempo, resgata um conceito chave de Paul Lafargue (Elogia a preguiça) evidenciando que a percepção do tempo é uma dimensão que nada mais, nada menos outorga coesão ao sujeito, até porque o mundo não é apenas o mundo conhecido, também é um mundo sentido, sofrido e gozado no ...seu tempo.

O texto *Educação e extensão* de Pedro Costa (NEGA/UFRGS), diz muito da contradição aberta e negada dentro da Universidade em função da ordem. Uma contradição aberta e permanente entre o instituinte e o instituído, entre inovação e reprodução social, entre o molar e o molecular e...que uma Universidade pública que se pretende pública precisa transcender aos limites de seu momento histórico.

O texto que segue - *A Educação Popular como*

método de incubação, de Kellen Pasqualetto (IFRS-POA) e Gilmar Gomes (ITCP-UFRGS), apresenta a Educação Popular enquanto fenômeno social que traz consigo elementos que se imbricam na existência das pessoas que se interrogam sobre a possibilidade de que existe um modo diferente de viver, de aprender e a desafiar os sistemas globalizadores, totalitários do conhecimento universitário. Fala da necessidade de repensar essa comunicação vinda da universidade que pode ser alienadora e proveniente de um tipo de racionalidade que impera nos sistemas de controle social .

O Texto 8: *ferramentas analíticas para o planejamento e ação participativas* de Alexandra Seghetto (Unilassale), diz dos efeitos de uma racionalidade não tecnicizada, isto é, de uma ferramenta de análise que não reduz as capacidades de ação comunicativa entre as pessoas; busca através de um “agir em comum e coletivo” reabilitar o mundo da vida com vistas a superar a alienação humana, mostrando que a racionalidade humana é mais ampla e pode ser reconstruída através de um processo de aprendizagem coletiva (no cultivo da linguagem e da argumentação produtora de consensos. Insinua que no avesso do seu texto tanto para Habermas, quanto para Freire é através da ação comunicativa ancorada na realidade concreta dos sujeitos é que

será possível recuperar o tecido social promovendo a verdadeira soberania popular pela qual a sociedade civil organizada.

Os textos - *Autogestão na economia solidária: aspiração e transpiração...* de Fabio Bittencourt Meira (NEGA-UFRGS) e *AUTOGESTÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA* de Alexandra Carla Seghetto (ITCP UNILASALLE) e Renata dos Santos Hahn (ITCP UNISINOS), são distintos, mas complementares, apesar de terem registro analítico diferentes. O texto de Fabio permite várias entradas ou produz diferentes leituras sobre o(s) significado(s) do conceito de autogestão; na perspectiva do autor, os termos explicativos dos processos autogestionários não podem ser mistificados. O texto de Alexandra e Renata insinuam que enquanto processo aberto a autogestão “representa um processo de permanente construção, que se articula no enfrentamento cotidiano” .

Mas de maneira geral os autores dizem que o termo autogestão está sendo usado muito mais para designar uma matriz de conhecimento relacionada a determinados métodos ou técnicas administrativas que, ao mistificar o lado gerencial do processo de trabalho, desconsideram a realidade organizacional enquanto resultado das práticas sociais de atores e um determinado contexto (his-

Se cada espaço educativo corresponde uma determinada concepção de mundo, uma determinada capacidade de entendimento, então é preciso ter presente que pensar uma cartilha não é um exercício de transitar por espaços conhecidos, institucionalizados no imaginário social.

tórico, geopolítico, espacial, etc.)

Construir uma cartilha traz consigo outro pensar, supõe que em educação não há receitas prontas e, em especial, nos espaços propostos pela Economia Solidária há uma multiplicidade de experiências e/ou elementos podem servir de pistas para pensar a capacitação de pessoas (não só para o mundo do trabalho), mas garantir espaços de dignidade ao valorizar os saberes adquiridos pela experiência.

Esta foi a intenção do grupo que organizou esta cartilha como um processo de reflexão sobre a realidade dos atores sociais que modifica o presente em função de uma referência ao futuro desejado; não se pretende conteudista, formal, vertical, normativo ou autoritário, até porque nos espaços da Economia Solidária sempre se garantiu o respeito às opiniões e aos diferentes papéis que cada um tem na sociedade.

Porto Alegre, outono de 2015

Paulo P. Albuquerque

COMO FOI ELABORADA A FORMAÇÃO PARA OS NOVOS BOLSISTAS?

No final do ano de 2013, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCPs de Porto Alegre e Região Metropolitana - RMPA, que fazem parte em nível nacional da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – Rede de ITCPs, buscaram uma articulação regional com o objetivo de fortalecer as ações de incubação, bem como contribuir para a formação interna das equipes, estabelecendo, a partir daí, diversas metas conjuntas que passaram a ser implementadas a partir do início do ano de 2014.

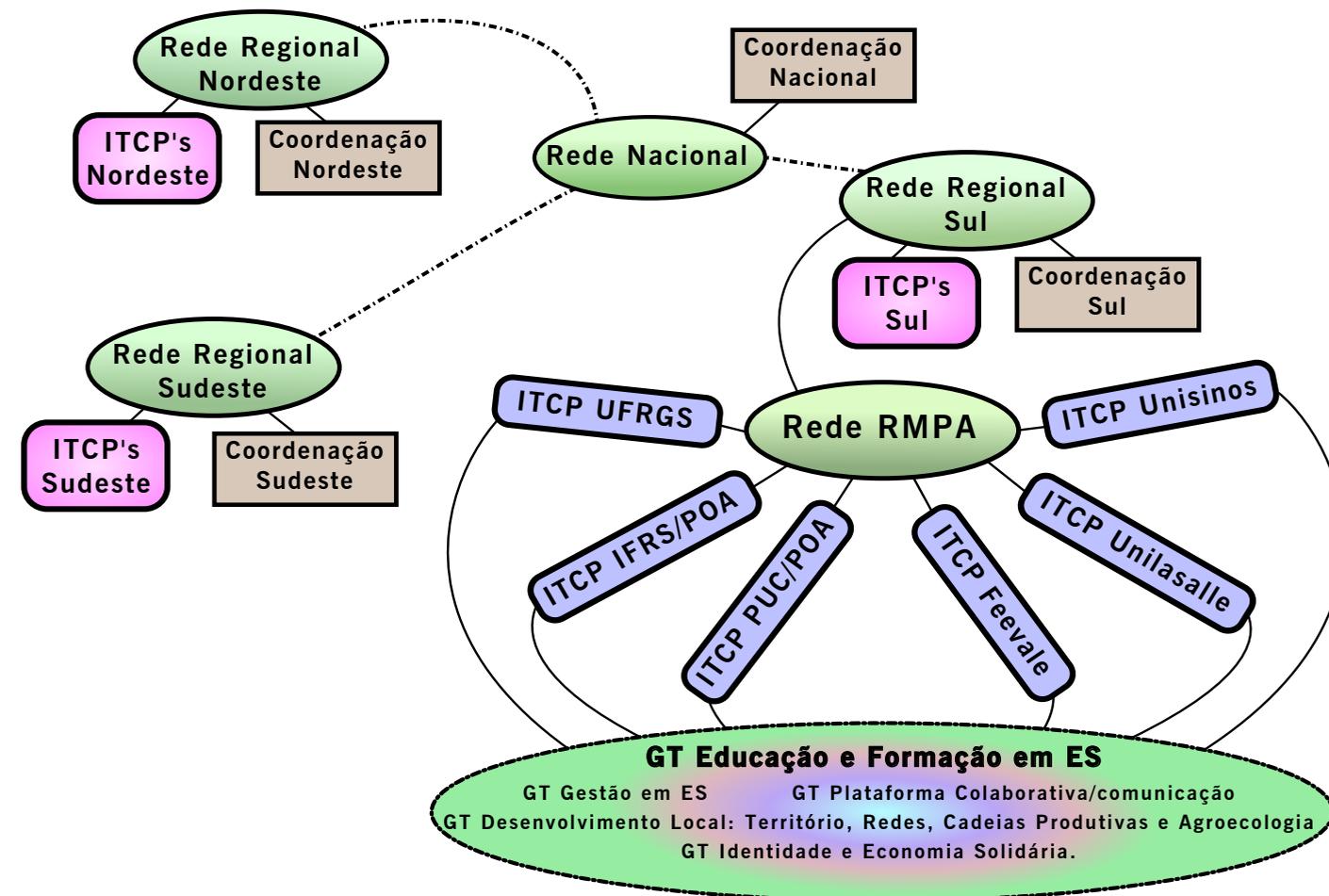
Entre as ações previstas esteve a criação de cinco Grupos de Trabalho (GT's) compostos por estudantes, técnicos e docentes, com o propósito de aprofundar temas eleitos como os mais significativos para as incubadoras. Os GT's criados foram: 1) Educação e Formação em ES; 2) Gestão em ES; 3) Plataforma Colaborativa/Comunicação; 4) Desenvolvimento Local: Território, Redes, Cadeias Produtivas e Agroecologia, 5) Identidade e Economia Solidária.

Nesta cartilha apresenta-se ao leitor uma série de reflexões, sob a forma de pequenos textos, relativos à experiência obtida pelos participantes (alunos, técnicos e docentes) durante o processo de realização do Nivelamento em Economia Solidária, executado pelo GT-Educação e Formação em ES.

Este GT propôs o Nivelamento em Economia Solidária como parte de um processo de educação/formação permanente das equipes que fazem parte das ITCPs articuladas em rede na RMPA.

A Rede de ITCPs é uma articulação nacional de Incubadoras Universitárias constituída na década de 90 para atender a crescente demanda de apoio que as classes populares reivindicavam. Demandas que, sobretudo, diziam respeito ao desemprego crescente, quase estrutural, que assolava o país, fruto das políticas neoliberais que estavam sendo implantadas, aqui e nos demais países de economia periférica. As ITCPs optaram pelo caminho da economia solidária a partir das experiências acumuladas pela COPPE-UFRRJ e outras IES que foram criando espaços semelhantes. Juntas, deram início a formação da Rede Nacional de Incubadoras Universitárias - a Rede de ITCPs. A Rede se organiza desde o território nacional passando por uma articulação regional, estadual e, no caso descrito nesta Cartilha, articulação em nível de Região Metropolitana.

Diagrama da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares



CONTEÚDO, CONVIDADOS E METODOLOGIAS DE FORMAÇÃO

Curso foi uma iniciativa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através de suas Incubadoras de apoio à Economia Solidária, como parte do processo de articulação entre as ITCPs da RMPA que resultou no GT-Educação e Formação em ES, o qual inclui a participação das demais incubadoras.

Dirigido às equipes de formadores - alunos bolsistas e técnicos- buscou-se contemplar as temáticas da Economia Solidária, seus princípios e valores, formas de gestão, comercialização, educação, bem como o estágio atual (conjuntura) desta economia alternativa, assim como os desafios que enfrenta no contexto de uma economia globalizada.

A metodologia inscreve-se no contexto da troca de saberes tributária de uma concepção presente na educação popular, porque essa formação buscou estabelecer um diálogo entre os saberes presentes no interior das ITCPs, representados pelas experiências de técnicos, alunos e docentes em ações no campo da ES, bem como um grande número de acadêmicos que está começando a entrar em contato com a temática a partir de sua inserção nas equipes das Incubadoras.

Além destes atores, o programa do curso valorizou as experiências dos empreendedores, convidando integrantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) para participar na Formação enquanto verdadeiros protagonistas.

A formação ocorreu entre maio e outubro de 2014. Foram encontros quinzenais, sempre às sextas-feiras, entre 14 e 17 horas, na Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, totalizando 33 h/a, ou seja, 11 encontros de 3 horas-aula cada.



Encontro do módulo IV.



Oficina do GT-Educação na 21ª Feicoop - Santa Maria/RS.

Módulos I e II - Primeiros Passos na Economia Solidária.

Os dois primeiros encontros foram animados por Gilmar Gomes (NEA/ITCP/UFRGS) e Kellen Pasqualetto (ITCP/IFRS/POA), e contaram com a participação de bolsistas e técnicos das ITCPs da RMPA, bem como de integrantes dos empreendimentos Cooperativa Mista de Produção e Serviços Bom Samaritano - COOPERBOM¹ - Isabel Cristina da Souza Cunha e três representantes da Associação de Usuários de Saúde Mental Construção e Geração-POA² - Leandro lemos, Adriane da Silva e Rafael Terreano.



1 A Cooperativa Bom Samaritano – COOPERBOM - tem se afirmado como um empreendimento de economia solidária que prioriza o trabalho associado e coletivo como uma busca de desenvolvimento tanto econômico quanto social. Em seus mais de quinze anos de existência é reconhecidamente competente na área de prestação de serviços, produção e fornecimento de alimentos. Preocupada com as questões ecológicas e ligadas à ideia de sustentabilidade, tem se utilizado do aproveitamento integral dos alimentos, utilizando partes como cascas, talos e sementes. Incorporou-se à recém-criada Cadeia Solidária das Frutas Nativas do RS.

2 A Geração POA promove ações em saúde, trabalho, educação e inclusão. A partir da terapia com geração de renda, integra pessoas excluídas do mercado formal, criando novas possibilidades. Os produtos gerados seguem princípios da Economia Solidária, com compromisso ambiental e social. São confeccionados artesanatos com papel reciclado, cartonagem, serigrafia, bijuterias e acessórios. O projeto integra as políticas de Saúde Mental e Saúde do Trabalhador, da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Materiais utilizados:

Textos-guia:

*A Economia Solidária: contexto, problemas e perspectivas, de Gilmar Gomes.

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/38659/000823692.pdf?sequence=1>>

*A economia solidária e o trabalho associativo, de Márcia de Paula Leite.

<<https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://www.redalyc.org/pdf/107/10713664003.pdf>>

*Mapa da Ecosol 2005. <https://docs.google.com/presentation/d/1oDOXZf60KeWow3VhfNixikqTgzi3ScUhxqcVw6x_MBo/edit#slide=id.p14>

Vídeo: *Prof. Singer explicando o que é EcoSol (8min). <<https://www.youtube.com/watch?v=WgXMySBQFSs>>

Conteúdos abordados:

- Introdução à temática da Economia Solidária: origens, história, principais características da produção cooperativa, formas de comercialização, princípios e valores;
- Espaço que a ES ocupa na agenda governamental;
- Organização em nível nacional: entidades de apoios, governo, fóruns, conferências, feiras;
- O que/quem são os Empreendimentos Econômicos Solidários – EES? Formas de organização: cooperativas, associações, redes agricultura famílias, grupos informais, clubes de troca. Espaço que esses grupos ocupam na agenda governamental. Reflexões sobre o cooperativismo tradicional (OCB), diferenças entre ele a ES.
- Surgimento da ITCPs, apoiadores, papel das incubadoras.

Metodologia:

Foram disponibilizados previamente os textos-base para guiar as discussões propostas nesta etapa. Além dos textos que subsidiaram a discussão dos dois encontros, optou-se por utilizar, em sala de aula, alguns vídeos sobre a ES. Ainda como recurso didático foi construída uma linha do tempo a partir da confecção de cartazes com os principais fatos históricos desde a década de 80, contextualizando o surgimento/desenvolvimento da ES, como por exemplo o fenômeno do desemprego em massa. Em paralelo à explanação, os convidados dos empreendimentos foram socializando seus depoimentos, participando, discutindo e aprofundando as informações debatidas no módulo.

Texto I: A Economia Solidária

Gilmar Gomes. Técnico - ITCP/UFRGS

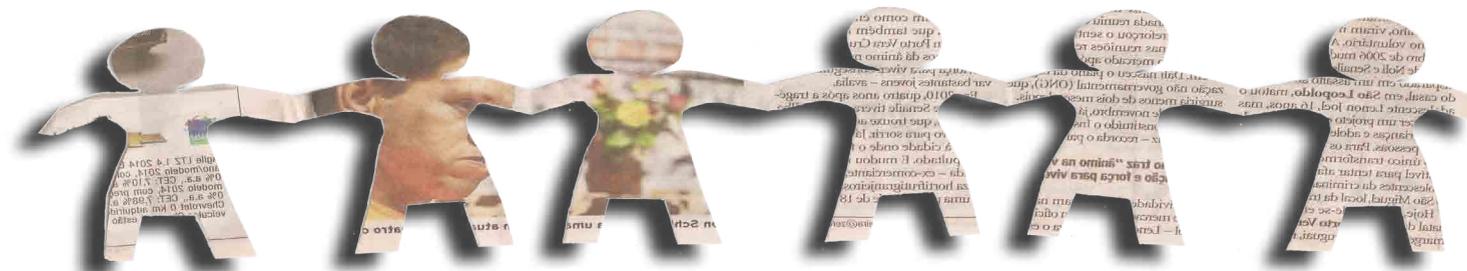
Economia solidária, economia de comunhão, socioeconomia solidária, economia social, economia de proximidade, humanoeconomia, economia popular e solidária são todas denominações, derivações relativas a uma forma alternativa de organização do trabalho para geração de renda de pessoas que estiveram ou estão à margem do sistema de trabalho protegido. Uma entre tantas estratégias das classes populares para a produção da vida de milhares de trabalhadores no mundo todo.

Muito já foi dito sobre as origens da economia alternativa. Muitos desejam que a economia solidária seja a legítima herdeira das velhas lutas dos trabalhadores ingleses que, ao princípio do capitalismo e sob o peso da opressão deste sistema, forjaram na cooperação, na ajuda mútua em outras ações de reciprocidade, a criação, em 1844, de uma sociedade cooperativa: “Os pioneiros de Rochdale”.

De fato, muito da matéria prima de que é composta a economia solidária pode ser relacionada de uma forma ou de outra a uma série de experiências de homens e mulheres nos quais os valores da solidariedade, da cooperação, da organização para

a solução de problemas conjuntos estiveram presentes na jornada humana pelo planeta.

A história da economia solidária tal qual conhecemos hoje é relativamente recente. Por outro lado, formas coletivas e cooperativas de organização do trabalho e da produção são conhecidas há muito pela humanidade. Essas experiências devem ser lembradas como genésicas das atuais tentativas de emancipação do mundo do trabalho, pois continuam



valores semelhantes aos lemas que estão implícitos na ideia de economia solidária: igualdade, cooperação, liberdade e autogestão. (NUNES, 2009)

A economia solidária – ES envolve um conjunto de atividades em áreas como produção, prestação de serviços, comercialização e consumo, organizados por empreendimentos coletivos, solidários e autogestionários que podem tomar a forma de cooperativas, associações e/ou microempresas e cujo objetivo é a geração de trabalho, renda e desenvol-

vimento de novas relações de produção e de novas relações sociais. Outras experiências como àquelas ligadas à agricultura camponesa/familiar, organizações quilombolas, indígenas, fábricas recuperadas, entre outras, estão relacionadas a esta estratégia de vida. (GOMES, 2011)

A ES reúne, de acordo com o novo censo da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES¹, no Brasil inteiro, cerca de 33 mil empreendimentos

econômicos solidários congregando em suas fileiras milhares de trabalhadoras/res cujo ingresso nos diversos tipos de empreendimentos apresenta razões que, de acordo com os dados do Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária – SIES, compreendem desde a complementação de renda (54,8%) até a percepção de “sentir-se dono do seu tra-



balho” (38,6%) passando pela possibilidade de obtenção de melhores ganhos (51,1%).

Por outro lado, são imensas as dificuldades que os EES enfrentam para se afirmarem. Destacam-se a falta de capital para investimentos na produção ou no aperfeiçoamento profissional, a falta de políticas públicas específicas para o setor, bem como falta de espaços para comercialização de seus produtos, muitas vezes restritos às feiras sazonais.

Outro dado preocupante detectado no levantamento da SENAES é a forma jurídica predominante. O SIES demonstra que 44% dos EES estão na condição da informalidade o que por si só já impõe enormes dificuldades para a afirmação dessas inicia-

1 <http://sies.ecosol.org.br/resultado>. Acesso em 10/02/2015.

2 Para conhecer uma experiência interessante de redes em economia solidária, ver: GOMES, G. G. Rede justa trama – cadeia produtiva do algodão ECOLÓGICO: as territorialidades da economia solidária. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em Geografia/UFRGS, 2011. (dissertação de mestrado).



Módulo III - Aprofundamento Econômico e Social

tivas. S o m a - s e a isso a condi- ção de escolarização da maioria dos participantes do EES pesquisados que, novamente de acordo com o SIES, mostra que a metade de todos os/as empreendedores sequer concluiu o ensino fundamental.

No entanto, em que pese estas dificuldades, a economia solidaria demonstra, em muitas situações, aspectos importantíssimos que sinalizam à humanidade uma alternativa de produção e consumo que não se esgota na visão de mercado e pode tornar-se referência para outras áreas da sociedade e constituir-se como uma referência para a geração de uma outra cultura. Como referência de apreensão de uma outra cultura destaca-se, por exemplo, a gestão do empreendimento que em muitos casos incorpora valores significativos no âmbito da autogestão, principalmente pela participação coletiva nas decisões em todos os níveis do EES. Isto põe em cheque, entre outros aspectos, a forma como a escola prepara as crianças para o trabalho e para a Vida de modo geral.

Outro exemplo é a capacidade dos EES formarem redes de colaboração solidária, uma vez que

sua implementação potencializa enormemente a capacidade de troca, os negócios intercooperativos, o sistema de ajuda intracooperativo, o intercâmbio de produtos e tecnologias, entre outros aspectos².

Nesta cartilha você encontrará uma série de reflexões sobre as diversas facetas que se destacam como parte desta estratégia de produção da vida cujo motor é a sobrevivência material, mas cujo impacto não se restringe ao aspecto econômico e, dependendo da força e da estratégia política de seu movimento, pode oferecer à sociedade um novo paradigma de produção e consumo,, que seja de fato uma alternativa a este modelo de sociedade que transforma a Vida em mercadoria, e tenha como horizonte o Bem Viver.

Referências:
GOMES, G. G. Rede justa trama – cadeia produtiva do algodão ecológico: as territorialidades da economia solidária. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em Geografia/UFRGS, 2011. (dissertação de mestrado).
NUNES, D. Incubação de empreendimentos de economia solidária: uma aplicação da pedagogia da participação. São Paulo. Annablume, 2009.

Nesse 3º encontro contou-se com a participação de Martin Zamora, ex-bolsista do NEA-ITCP-UFRGS e mestrando na Escola de Administração da UFRGS.

Conteúdos abordados:

- Análise de conjuntura econômica, política e social da ES;
- A economia política da ES.

Material utilizado:
Texto-guia:
*O Excedente Econômico na Economia da Autogestão, de Martin Andrés Moreira Zamora.
<http://www.academia.edu/5600018/O_Excedente_Econ%C3%B4mico_na_Economia_da_Autogest%C3%A3o>

Metodologia:
Nesse dia não ocorreu a participação de representante de empreendimento.
A metodologia adotada por Martin foi uma aula expositiva dialogada, que teve como eixo o texto Excedente Econômico na Economia da Autogestão, de autoria do animador. Na atividade se propôs uma reflexão, a partir do prisma da crítica à economia política, que envolveu as categorias analíticas como trabalho, acumulação e excedente econômico, discorrendo sobre as diferenças e semelhanças presentes na economia capitalista e na economia solidária.

Texto 2: Influências do comportamento da Economia Solidária

Carlos Schmidt. Prof. - ITCP/UFRGS

Já falamos das virtudes da ES do ponto de vista social e econômico no plano microeconômico. Qual é a sua influência na macroeconomia?

Os trabalhadores associados em uma cooperativa não têm como acumular capital individualmente, pois se dividirem o lucro entre si a quantia que cada um receberia seria muito pequena, então a atitude racional é investir o lucro na própria empresa ou consumir.

Quaisquer destas duas alternativas se colocam na esfera da economia real, isto é, consumo produtivo no caso do reinvestimento ou consumo de produtos, denominado consumo final. Por outro lado o empreendimento de Ecosol visa melhorar suas condições para preservar a fonte de trabalho e renda dos trabalhadores.

Já a empresa capitalista tem poucos donos e cada um recebe uma parte do lucro que é suficiente para permitir sua aplicação na esfera financeira. Com frequência, a própria empresa investe no mercado financeiro quando encontra possibilidade de maximizar seu lucro, pois esta é a função da empresa capitalista.

Sabemos que este comportamento pode ter grande retorno, mas tem riscos, que os trabalhadores da Ecosol não podem se permitir. O mercado financeiro, como sabemos, é instável, e não tem como consequência a criação de riquezas. É especulação de papéis capital fictício como dizia Marx.

As últimas crises do sistema tiveram grande influência dos comportamentos especulativos, que atingiram a economia real. Portanto, o comportamento da Ecosol tem uma forma que favorece a economia real e inibe a especulação, resultando no plano macroeconômico numa menor instabilidade e num crescimento maior da economia real.

Módulo IV - Marco Legal da Economia Solidária

No 4º encontro contamos com a participação da Secretaria Estadual de Economia Solidária e Micro e Pequena Empresa (SESAMPE), representada pelo Técnico Alonso Coelho e pela advogada do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), Paula Garcês, bem como representantes dos seguintes empreendimentos: Associação Construção¹ - Vera Regina Silva, Geração-Poa - Kátia Barfknecht e APACA² - Janaína Correa Canto.

Conteúdos abordados:

- Diferenças jurídicas entre Associações X Cooperativas X Empresas Mercantis;
- Limite atual das associações;
- Nova Lei das Cooperativas de Trabalho;

Materiais utilizados:

Texto-guia:

*O Caso dos Catadores de Materiais Recicláveis: a angústia de quem pretende um cooperativismo verdadeiro.

Paula Garcez Corrêa da Silva e Valdete Souto Severo

<<http://jus.com.br/artigos/26571/o-caso-dos-catadores-de-materiais-reciclaveis>>

*LEI Nº 12.690/12, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho.

1 A Associação Construção reúne Usuários de Saúde Mental e busca se consolidar como uma entidade de defesa dos interesses de pessoas em situação de sofrimento psíquico tendo a economia solidária como referência para a geração de trabalho e renda.

A Associação Porto Alegrense de Condutores Ambientais -APACA é uma instituição constituída por alunos egressos do curso de Formação de Conductor Ambiental Local, ofertado pelo IFRS- Porto Alegre, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego-PRONATEC.

2 A Associação Porto Alegrense de Condutores Ambientais -APACA é uma instituição constituída por alunos egressos do curso de Formação de Conductor Ambiental Local, ofertado pelo IFRS- Porto Alegre, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego-PRONATEC.

Metodologia:

Os convidados fizeram suas explicações, em torno de 40 minutos cada, e em seguida realizou-se um debate. Considerou-se que o conteúdo é bastante complexo, sendo que não apenas os novos integrantes das ITCPs desconhecem o tema, mas muitos participantes já experimentados nos processos de incubação têm dificuldades em compreender os melindres da Lei. Na prática, a própria Lei foi questionada. Desta forma conclui-se que este 4º módulo suscitou mais dúvidas que certezas, tanto na forma como foi abordado quanto em relação ao momento em que foi proposto no desenvolvimento da formação. Talvez se o mesmo fosse proposto mais para o final da formação teria facilitado aos participantes melhor compreensão deste que é um dos temas fundamentais da ES e um dos maiores gargalos para o pleno desenvolvimento da economia solidária.

Texto 3: Formalizando um Contraponto: Entraves e Aprendizados da Experiência.

**Tábata Silveira dos Santos e Artur Peluso
Waismann. Acadêmicos - ITCP/UFRGS.**

A Contraponto – Entrepósito Solidário de Cultura, Saúde e Saber - é um entreposto de comercialização solidária, composto por 12 empreendimentos que produzem os produtos ali comercializados, localizado no campus central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dentre os empreendimentos, existem: cooperativa de mulheres do campo, cooperativas e grupos de mulheres do meio urbano, grupos de assentados/as da reforma agrária de dois assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre, cooperativa de assentados da reforma urbana e grupo de usuários do serviço de saúde mental.

O projeto Contraponto foi uma iniciativa do Núcleo de Economia Alternativa – UFRGS, a partir da aprovação e da realização de um projeto financiado pelo governo federal pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) através do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC). Inserido no contexto de uma universidade pública, o entreposto visa oferecer uma alternativa comercial justa à comunidade universitária de produtos agroecológicos e sustentáveis, e ao mesmo tempo ser uma alternativa de escoamento dos produtos dos empreendimentos incubados e/ou assessorados pelo

NEA/ITCP-UFRGS.

O conselho gestor do entreposto foi, desde o início, composto por representantes dos empreendimentos e por membros – estudantes, professores e técnicos – do NEA/ITCP. A este conselho incumbia as tomadas de decisão de todas as ordens referentes ao entreposto. As e os estudantes envolvidos no projeto desenvolviam a prática da extensão popular, acompanhando os empreendimentos e aprendendo sobre economia solidária, produção de alimentos agroecológicos, autogestão, viabilidade econômica de produtos e de empreendimentos, cooperativismo, associativismo, entre outros temas relevantes para uma formação profissional crítica, na prática.

A formalização surgiu como uma necessidade material do grupo gestor pelos seguintes aspectos: a) Exigência administrativa da universidade; b) Fornecimento de nota fiscal pelo entreposto; c) Regularização do vínculo empregatício das trabalhadoras; d) Abertura de conta bancária. Para além dos aspectos objetivos, a



intenção de formalizar o entreposto como uma Associação de Produtores esteve diretamente ligada a uma decisão política do conselho gestor de que o Contraponto deveria ser uma rede autogestionária, que articula produtores e fortalece a economia solidária. Para que a formalização fosse possível, foram necessárias diversas reuniões do conselho gestor para a discussão dos métodos, elaboração de uma primeira versão do estatuto social e o estudo coletivo a cerca das formas jurídicas “associação” e “cooperativa”. O grupo de bolsistas do NEA elaborou e aplicou um questionário junto a cada empreendimento membro, a fim de obter uma visão geral e específica da realidade do Contraponto, contribuindo para que a formalização consolidasse também uma identidade do grupo e acordos mínimos quanto à concepção e a prática da economia solidária.

Na manhã do dia 22 de julho de 2014 ocorreu, no ambiente externo da sua sede, no campus central da UFRGS, a assembleia de constituição da então Associação de Produtores da Economia Solidária Contraponto. Participaram e associaram-se 16 pessoas, já vinculadas ao entreposto, representantes dos empreendimentos que mantêm o espaço. Além da leitura minuciosa, do debate e da

aprovação do estatuto social, decidiu-se que a associação será composta por grupos que promovem economia solidária, e não por indivíduos, de modo que cada pessoa associada representa um empreendimento coletivo e vota como tal.

O NEA/ITCP contribuiu no processo de preparação da assembleia, no sentido de propor os caminhos para chegar não meramente na constituição de uma Associação, mas na articulação de uma rede autônoma de economia solidária que articula o meio rural e o meio urbano, através de princípios e de práticas comuns. Contudo, o protagonismo da sua realização, da condução da assembleia, da aprovação do estatuto e da eleição da direção e das decisões políticas acerca do rumo da associação, foi do grupo que compõe o conselho gestor. Decidiu-se então pela forma jurídica da associação, tendo em vista que o grupo não teria condições de arcar, de imediato, com a tributação referente às cooperativas. Entretanto, a forma jurídica associação não permite que sejam fei-



Módulo V – Realização da ES.

tas retiradas do excedente pelos associados, tal qual é permitido nas cooperativas, ainda que seja possível uma distribuição equânime do excedente entre os associados, financiando a realização de atividades do interesse dos mesmos. A associação não visa e tampouco obtém lucro na sua atividade comercial. Cada produtor e produtora recebe a quantia equivalente ao trabalho realizado. Para o pagamento do trabalho das atendentes e para demais custos de manutenção e investimento do entreposto, é retida a quantia referente a 30% do preço de venda de cada mercadoria.

A formalização ainda não foi concluída e, conseqüentemente alguns dos objetivos iniciais não foram alcançados. Um aspecto importante, porém, é que a associação tem realizado reuniões, convocadas e coordenadas pelos empreendimentos membros, para discutir a gestão com autonomia do grupo, já não mais dependentes da participação do NEA.

Percebemos que são inúmeras as dificuldades para a formalização, seja de cooperativa, seja de associação, de empreendimentos de economia solidária. O marco legal sob o qual temos que estruturar contábil e juridicamente os empreendimentos é nitidamente desfavorável aos grupos vulneráveis economicamente, que buscam meios de trabalho e geração de renda, alternativos ao mercado formal.

Os aprendizados da experiência foram e estão sen-

do inúmeros. Talvez o principal deles seja de perceber a importância da relação entre a universidade e os movimentos sociais para a realização dos sentidos da universidade contemporânea, quais sejam: formar profissionais qualificados, comprometidos com justiça social e proporcionar à comunidade, de um modo geral, espaços de trocas de saberes. A tendência para o próximo período é que a Associação Contraponto, passando a ter personalidade jurídica e gestão dos empreendimentos, regularize, aos poucos, suas pendências administrativas, trabalhistas, estruturais e financeiras. E, a médio prazo, conforme-se em, mais do que um mero entreposto comercial, uma organização auto-gestionária da sociedade civil que promove a economia solidária, a saúde, a cultura e o saber popular, no espaço privilegiado de trocas, que é o da universidade pública.



Neste módulo, contou-se com a presença de três convidados: Lecian Conrad, Secretaria do Desenvolvimento Rural (SDR), Cristina Monjelo Ribeiro, Coletivo Mulheres da Terra - Assentamento Filhos de Sepé¹, Viamão-RS e Nelsa Nespolo, SESAMPE e Cadeia Produtiva do Algodão Ecológico - Rede Justa Trama.

Conteúdos abordados:

- Comercialização, comércio Justo, certificação;
- Redes, cadeias e agroecologia;
- Políticas públicas: PAA, compras governamentais, merenda escolar, etc.

Material de apoio:

Vídeos: *A História das Coisas <https://www.youtube.com/watch?v=G7_S0mMbKiw> ,
*Vídeo sobre a Cadeia do Pet <https://www.youtube.com/watch?v=Nf_e8uBz-Yle>.

Metodologia: O encontro foi expositivo-dialogado. Esse módulo pautou-se pelo aspecto informativo. Optou-se por não solicitar leituras prévias e sim vídeos tanto para alterar a metodologia assim como para facilitar a compreensão por parte dos participantes. Lecian, da SDR, apresentou inúmeras ações relativas às políticas públicas existentes voltadas para a área rural, como o PAA e outras ações que a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural vem tentando estabelecer em parceria com a UFRGS². Nelsa, da SESAMPE, explicou a estrutura do Departamento de Economia Solidária do Governo do estado do RS, suas ações positivas e relevantes para o desenvolvimento das iniciativas solidárias bem como “polêmicas”, como a certificação dos empreendimentos de ES, possibilitando que os participantes esclarecessem dúvidas. Além disso, apresentou a Rede Justa Trama, que é considerada uma experiência inovadora e exitosa no Brasil, cuja articulação envolve um número importante de EES no País: cooperativas de produção, cooperativas e associações de beneficiamento e uma série de entidades de apoio parceiras do Projeto. Por sua vez, Cristina Ribeiro, do Assentamento Filhos de Sepé, relatou sobre o cotidiano no assentamento, as feiras agroecológicas que realizam na UFRGS bem como em outros espaços de Porto Alegre, as dificuldades que enfrentam e os benefícios desse trabalho voltado para agricultura de base ecológica.

1 Mulheres da Terra é um grupo de agricultoras produtoras agroecologistas, organizadas no Assentamento Filhos de Sepé, localizado em Viamão-RS. O grupo é assessorado pelo NEA-ITCP. Protagonizam produção de alimentos saudáveis que são comercializados em Feiras Agroecológicas em POA, inclusive na UFRGS nas terças-feiras pela manhã.

2 Projeto Fornecimento de Alimentos Saudáveis para os Restaurantes Universitários da UFRGS.

Texto 4: O que é sustentabilidade?

Égon Souza. Acadêmico - ITCP/UNILAS-SALE

É um conceito no qual as atividades humanas não devem interferir negativamente nos ciclos da natureza e empobrecer os recursos naturais e espécies viventes no planeta que serão transmitidos às futuras gerações.

Ou seja, devem ser supridas as necessidades humanas de modo a respeitar os limites da natureza, para que assim, não ocorram danos irreversíveis ao meio ambiente.

Dentro da sustentabilidade também existe o princípio da equidade, onde todas as pessoas, incluindo as futuras gerações, têm direito ao mesmo espaço ambiental, ou seja, direito à mesma disponibilidade de recursos naturais do globo terrestre. Nesse meio entram questões como democracia, direitos humanos e liberdade; a conquista da paz e da segurança; a redução da pobreza e injustiça; a ampliação do acesso à informação, capacitação e emprego; o respeito à diversidade cultural, identidades e biodiversidade.

Considerando o atual sistema de produção e consumo, deve haver uma drástica redução no con-

sumo de recursos naturais para que se conquiste uma real sustentabilidade global. Sendo assim, deve ser debatido em caráter político, científico, filosófico e social não somente os processos produtivos de produtos, mas também os padrões de consumo e os acessos a bens e serviços.

Como praticar a Sustentabilidade?

Além de reduzir o consumo de recursos naturais, devem-se mudar os hábitos de consumo, dando preferência para produtos que causem menor impacto ambiental e social. Por exemplo:

Produtos feitos a partir de recursos renováveis
Produtos que geram menos resíduos
Produtos recicláveis
Produtos reutilizáveis
Produtos com maior durabilidade
Produtos de fácil manutenção
Produtos gerados através do trabalho digno e justo
Produtos produzidos na região

Para um produto ser sustentável, ele deve ser projetado levando-se em conta aspectos como matéria-prima, processos de produção, transporte, relação do produto com o consumidor e descarte do produto. Estes aspectos, então, devem ser pesquisados pelo consumidor antes do mesmo adquirir um produto.

Em termos de atitude e comportamento, também deve haver mudanças como:

Otimizar o emprego de recursos não renováveis
Buscar uma alimentação mais saudável
Utilizar meios de transporte alternativos
Consumir somente o necessário
Evitar produtos descartáveis
Reutilizar ou destinar resíduos à reciclagem
Gerar o mínimo de resíduos
Não desperdiçar água e energia elétrica
Evitar produtos produzidos através de trabalho escravo
Valorizar o meio cultural e social

A sustentabilidade implica numa grande mudança da sociedade, de modo que questões pouco comuns devem se tornar uma realidade na

Estes são alguns itens para que a sustentabilidade seja colocada em prática, é um desafio que pode ser realizado a partir de pequenas atitudes do cotidiano.



Texto 5: Agroecologia e Economia Solidária

sociedade sustentável, como por exemplo: o tele-trabalho (trabalho praticado a distância), o transporte ciclovitário, o consumo de serviços ao invés de bens, o compartilhamento de produtos, entre

outros. É notável que deva haver uma quebra no individualismo e que os valores sociais sejam mais prevaletentes. Visando a sustentabilidade, a sociedade precisa ter um estilo de vida mais simples, mais humano.

MAIS LOJAS
Porto Alegre Solidária (mercado público quadra QD3 lojas 88-90).
Etiqueta Popular (mercado Bom Fim).
Etiqueta Popular (Borges de Medeiros nº 740 loja 4).
Loja Unisol (General Camara nº 424 - Sind. Bancários).
Casa da Economia Solidária (Rua Vigário José Inácio nº 303)

Referências:

MANZINI, Ezio; VEZZOLI, Carlo. O desenvolvimento de produtos sustentáveis: os requisitos ambientais dos produtos industriais. São Paulo: Ed. da USP, 2002.
VEZZOLI, Carlo. Design de sistemas para a sustentabilidade: teoria, métodos e ferramentas para o design sustentável de 'sistemas de satisfação'. Salvador: Ed. da UFBA, 2010.

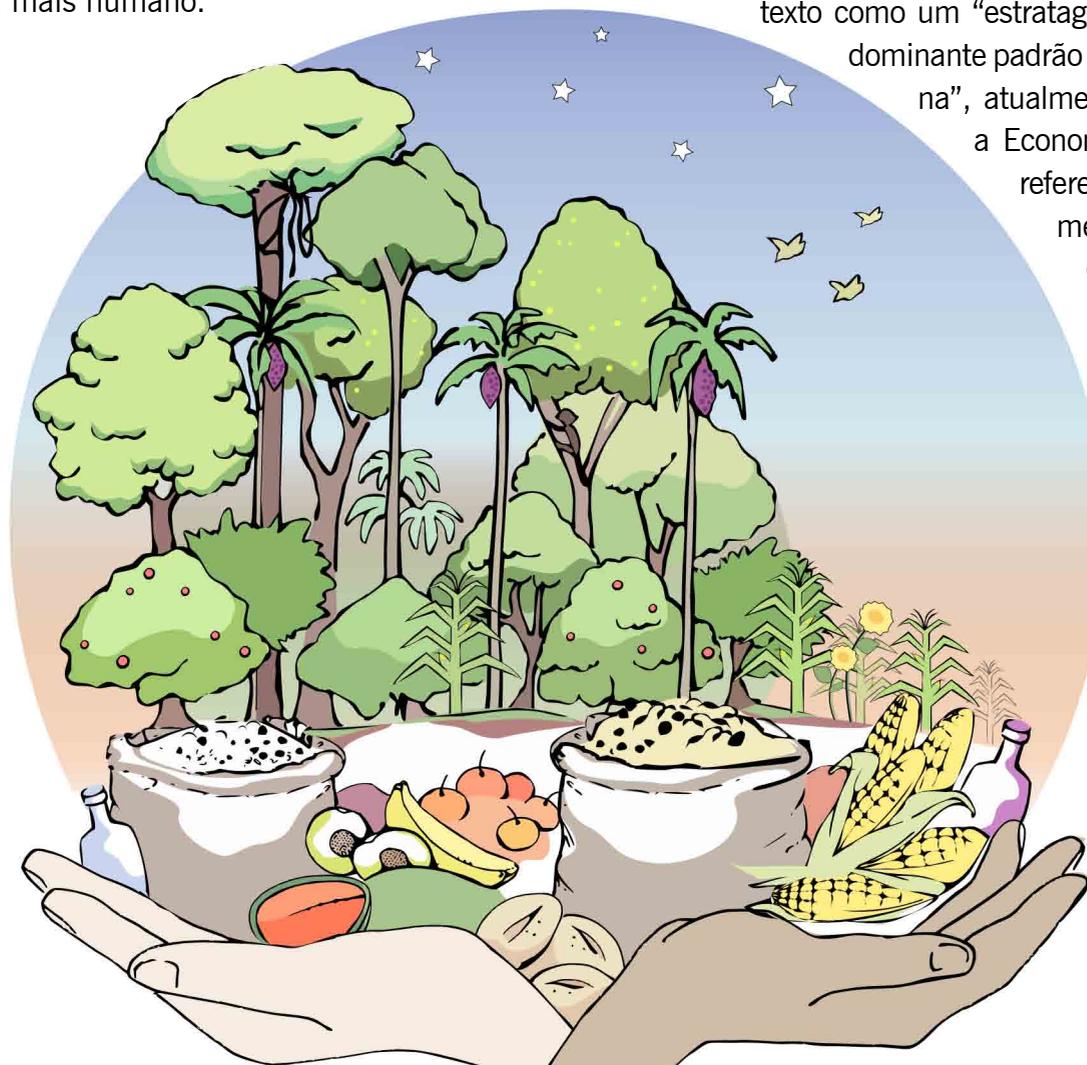
Rafael Braga. Acadêmico - ITCP/UFRGS

Embora apontada por Zander (2013), em seu texto como um “estratagema político de confrontar o dominante padrão técnico da agricultura moderna”, atualmente, temos a Agroecologia e a Economia Solidária (EcoSol) como referenciais para um desenvolvimento sustentável das sociedades, afim de garantir ocupação e uso do solo de formas mais conscientes ou com os impactos reduzidos ao meio ambiente.

Os ensinamentos tradicionais, que foram solapados pela modernização proposta pela Revolução Verde nos anos 1970 – pela introdução de maquinário pesado e os mais diferentes venenos aplicados nas lavouras, como a capina mecânica,

pesticidas, fertilizantes e um sem-fim de outros, além da transgenia – reduziu a capacidade e a qualidade da produção de alimentos. A falácia de que o plantio orgânico era inviável tornou diversos agricultores reféns de grandes corporações transnacionais, muitas vezes empobrecendo-os e até mesmo expulsando-os de suas terras. O meio técnico-científico-informacional o qual é descrito por Milton Santos em A Natureza do Espaço (1996) materializava-se no meio rural, aliado à especulação imobiliária que mirava a alta produtividade e comercialização da soja.

Atualmente, esta corrente contrária aos padrões hegemônicos, ganha cada vez mais força, galgada por ações de retomada de métodos tradicionais como a adubação verde, a peletização de sementes, controle biológico de pragas, biofertilizantes, caldas, etc. Seus impactos reverberam em alimentos livres de agrotóxicos, preservação da biodiversidade e aproveitamento dos frutos nativos de cada região do país ou de cada estado. Estas iniciativas muitas vezes têm apoio das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), que por meio de projetos de extensão ou de iniciação científica buscam qualificar e amparar a produção e comercialização destes grupos assistidos. Estes grupos camponeses são muitas vezes organizados de forma associativa





posição biológica e nutricional. Quanto à comercialização destes produtos que já são carregados de luta pela terra e produzidos de forma a mitigar os efeitos globalização e do comércio desvairado, a retomada das feiras, orientadas também pelas universidades e demais entidades de apoio, reforçando os laços entre o produtor e o consumidor. É desta forma que grande parte da cadeia de atravessadores é rompida. Garantindo que a remuneração do trabalho do camponês possa ser revertida na reprodução do modo de vida.

Referências:

NAVARRO, Zander – Agroecologia: as coisas em seu lugar (A agronomia brasileira visita a terra dos duendes) COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - v. 10, n. 1, jan./jun. 2013
SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção – 4ª edição, 7ª reimpressão. São Paulo, 2012 – Edusp.

ou de trabalho cooperado, com os princípios da Economia Solidária arraigados, como a autogestão, o comércio justo e solidário e a sustentabilidade.

Para melhor compreender a situação: a produção de biofertilizantes e o controle biológico das pragas nas lavouras retiram a necessidade de aquisição dos insumos industrializados. Esta cadeia não para por aí, já que se a disponibilidade de esterco é maior do que a de casca de arroz em uma propriedade, por exemplo, e em outra a produção de casca de arroz é maior do que a de esterco pode haver a troca solidária. A peletização de sementes e a implantação de bancos de sementes também eliminam a necessidade de compra de sementes, garantem a diversidade da alimentação, já que assim os alimentos não são uniformizados, respeitando a sua com-

Neste encontro contamos com a participação da Profª. Gláucia Campregher e Sebastião Pinheiro, ambos representantes da ITCP-UFRGS, bem como de Liliane Linhares e Mônica de Azevedo, representando o empreendimento Ecosouvenir¹.

Conteúdos abordados:

- Consumo consciente;
- Solidariedade;
- Sustentabilidade;
- Tecnologia Social.

Materiais de apoio:

Texto-guia:

*Consumindo o Outro: Branquidade, Educação e Batatas Fritas Baratas. Michael W. Apple. <http://adolescencia2012.pbworks.com/w/file/fetch/60719443/apple.pdf>

Metodologia:

Nesse dia contou-se com a presença do técnico da ITCP/UFRGS, Sebastião Pinheiro, agrônomo e ambientalista internacionalmente conhecido, que nos brindou com suas reflexões sobre sustentabilidade e agroecologia. Fez uma apresentação de slides fazendo um mix entre teoria e arte, provocando uma série de reflexões importantes para todos aqueles que acreditam no diálogo possível entre economia solidária e a ideia de sustentabilidades. Por outro lado, a Profª. Gláucia efetivou uma explanação expositivo-dialogada sobre a questão da Tecnologia Social e, por fim, a convidada representante do empreendimento Ecosouvenir explicou, de forma muito didática, sua compreensão sobre a temática e sua expectativa acerca do apoio advindo das incubadoras para o desenvolvimento do seu Grupo. A necessidade exposta pela palestrante diz respeito muito mais à qualificação técnica. Isto reforça nossa hipótese de que as ITCPs são muito mais eficientes em produzir cursos de formação política ou “cidadã”, como está na moda dizer, do que aportar conhecimentos e ferramentas técnicas para o eficaz desenvolvimento de um empreendimento de economia solidária.

¹ A Ecosouvenir é um grupo de mulheres que reutiliza banners como matéria prima na produção de diversos produtos, como bolsas, nécessaires, pastas, carteiras, entre outros. O trabalho é baseado nos princípios da sustentabilidade e consumo consciente.

Texto 6: O ideal é produzir mais tempo do que bens!

Gláucia Campregher. Prof^a - ITCP/UFRGS

As palavras técnica e tecnologia remetem, desde a antiguidade, ao saber fazer. Acontece que, desde o início do capitalismo - ou seja, desde o início da generalização da produção de mercadorias para a venda - o saber fazer é separado dos trabalhadores e transformado em mercadoria ele mesmo. O que quer dizer que, antes da produção mercantil, o domínio das técnicas, de como fazer isso ou aquilo, era algo que a comunidade detinha - sem nem se atentar pra isso em alguns casos e, em outros, tendo o maior orgulho disso. Já desde o capitalismo ela pertence a quem compra o trabalho

No capitalismo, cabe àquele quem compra (assalariada) o trabalho a organização do processo produtivo, e isso faz com que o capitalista se aproprie, não apenas se adone, mas entenda mesmo, aquele saber como fazer, que antes os trabalhadores detinham, mais ou menos inconscientemente. Isso vai fazer com que muitos trabalhadores pensam que quem entende do como fazer é o capitalista e só. Isso é verdade, mas uma verdade explicada não pela inteligência ou esperteza do capitalista como pessoa, mas da esperteza do capital que coloca num primeiro plano esse como fazer, ou seja, ele aparece!

É porque ele aparece que pode ser comprado, vendido, ensinado - desde que se pague os direitos de quem detém sua posse. Sim, o saber fazer quando vira uma propriedade do capitalista deve ser registrado, deve ser protegido, isso é o tal do copy right: se alguém quer copiar o como fazer de alguém, que pague por isso...

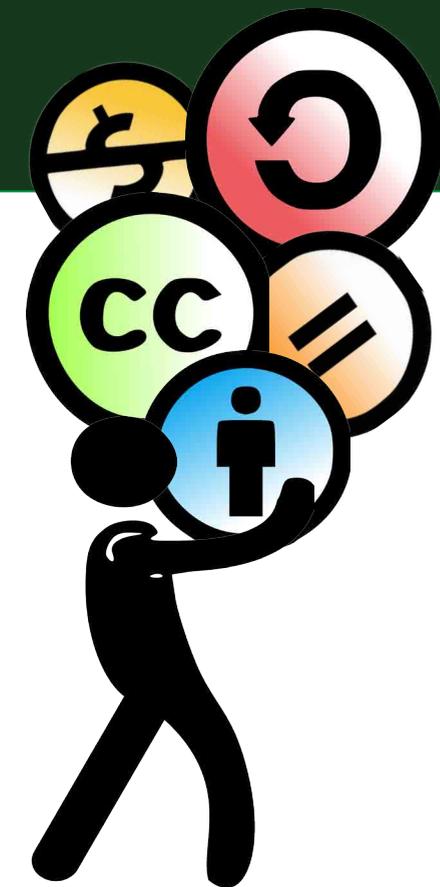
Mas como aparece o como fazer? De diversas maneiras: numa cartilha que ensina qualquer coisa sobre qualquer processo, no guia com o modo de usar de qualquer máquina, equipamento ou produto químico, na própria máquina e, até mesmo, na linguagem que usamos para lidar com algo. Em tudo isso há um aprendizado que está ali, digamos, ora mais, ora menos, corporificado. Os economistas dizem que quando este conhecimento (do como fazer) está menos corporificado é que ele é tácito, todos sabemos sem quase saber que sabemos; quando é mais corporificado (em documentos, manuais e



mesmo nos equipamentos que já carregam o fazer embutido) ele é chamado de explícito.

Agora, interessante é notarmos que algumas coisas não ficam muito explícitas em muitas técnicas e tecnologias, fundamentalmente a sua intenção de facilitar a dominação. Ou seja, muito do conhecimento técnico e/ou tecnológico não é direcionado apenas para dominar a matéria e extrair dela bens que nos sejam úteis ou facilitar o trabalho em geral, mas tem a intenção, menos ou mais escondida, de dominar o próprio trabalhador e diminuir suas capacidades de participação na produção ou no consumo. Assim é que, a tecnologia da solda na indústria automobilística progrediu muito rapidamente porque toda vez que os trabalhadores queriam parar as fábricas, nas greves, era muito fácil começar com esse setor e logo paravam tudo. Do mesmo modo, a indústria do rádio poderia ter se desenvolvido fazendo os aparelhinhos ao mesmo tempo receptores e transmissores, a opção pela tecnologia de fazê-los só receptores visou diminuir o poder (nesse caso, a voz) dos trabalhadores. E assim há milhares de outros exemplos, todos mostrando que as opções por esta ou aquela técnica não é nunca uma questão apenas técnica, mas política....

Essa dimensão dos interesses políticos vale tam-



bém para o lado dos trabalhadores. Toda vez que, nos nossos dias, desenvolvemos uma técnica, um como fazer, que elimina a necessidade de comprarmos algo que o capital vende, que permite que usemos sobras, que reciclemos algo que o capital descartou, ou ainda quando desenvolvemos técnicas que nos unam mais, que permitem que não precisemos nos assalariar, que possamos sermos donos dos meios de produção, enfim, toda vez que fazemos isso, desenvolvemos uma tecnologia social diferente daquela que era nossa, mas foi apropriada pelo



capital.

Talvez por isso, muitos estudiosos chamem de “tecnologia social” hoje não aquelas que tiveram base um dia nas comunidades de trabalhadores, como aliás todas tiveram, mas aquelas que viabilizam um re-empoderamento da sociedade.

O trabalho de muitos destes estudiosos tem buscado a aproximação com as comunidades de trabalhadores, muitos deles excluídos do processo produtivo maquinizado, do consumo dos bens gerados, ou então mesmo que empregados, participando de forma passiva, sabendo pouco sobre o que fazem, e se apropriando pouco dos frutos; fora as comunidades que sofrem com os desgastes que muitas tecnologias provocam no meio ambiente, sujando ar e água, depauperando recursos, destruindo espécies de vegetais e animais, provocando doenças e

cataclismas climáticos. No geral, a ideia é: 1) recuperarmos saberes perdidos; 2) desenvolvermos saberes novos, tecnologias (mais e menos sofisticadas) que não nos escravizem mas nos libertem; 3) desenvolvermos habilidades políticas que permitam que mesmo quando usemos as tecnologias do capital as usemos com outros fins; 4) desenvolvermos habilidades de gestão que nos façam eficientes mas em relação a objetivos que nós traçamos e não que alguém (ou mesmo o mercado) tenha traçado para nós; 5) nos articularmos, em redes produtivas colaborativas: de conhecimento, de produção e de atuação política.

Vivemos uma época interessante, muitas tecnologias se tornam mais baratas e de fácil apropriação por nós - por exemplo, o celular simplesmente é um escritório ambulante que viabilizou trabalho para muita gente -, mas por outro lado, o capital tem colonizado as mentes mais que nunca. Simplificar o trabalho e liberar tempo para o consumo alienante e escravizador (do comprar e comprar sem parar) de pouco adianta. Chegamos ao ponto de necessitarmos de uma tecnologia (social) para recuperarmos brincadeiras infantis ou festas populares (como o carnaval de rua e outras). Já já teremos de re-inventar a tecnologia social de falar sem ser no celular!

Esses exemplo mostram como temos de estar atentos para como usar as tecnologias do capital e como desenvolver as nossas próprias. Pois não se trata de um sim isso e não aquilo, mas de um como, sempre. E o como só pode ser fruto dos problemas sentidos em comum e discutidos em comum para que surjam soluções democraticamente construídas, responsabilidades compartilhadas e frutos divididos conforme essas responsabilidades.

Interessante que nessa nossa época interessante, por vezes, o próprio capital parece usar as nossas tecnologias sociais de agora (as de outrora faz tempo que as usam e chama de tecnologias próprias), essa do nosso empoderamento. E olha que nem sempre trata-se de mentira lavada, como não mudar nada no processo produtivo e mesmo assim chamar os trabalhadores de associados ou coisa do gênero. Há empresas que bem sabem que aumentando a participação, o prazer de construir junto e conscientemente, faz a produção e os lucros crescerem. Bem, a nós deve interessar mais que isso, simplesmente porque, se for só isso, continuaremos a trabalhar muito, mesmo que seja num trabalho mais agradável e menos nocivo ao ambiente, etc. A ideia não é essa, temos de recuperar a ideia central da tecnologia que é trabalhar menos.

Talvez a grande tecnologia social do futuro que

devemos desenvolver é a do quando pararmos de desenvolver tecnologias, em geral voltadas para produzir mais e mais coisas independente de uma discussão social sobre o custo de se produzir tanto. Isso não significa parar no tempo e ser contra o progresso, contudo continuar a produzir soluções de saúde não é o mesmo que continuar a produzir mais e mais sapatos ou telefones ou carros (cujo uso ilimitado aumenta os problemas de saúde). Isso não significa também limitar absolutamente o consumo daqueles que recém começaram a usufruir deste, mas recuperar e desenvolver tecnologias sociais que não busquem a máxima produção com máxima exploração e alienação deve produzir uma consciência que ponte que o ideal é produzir mais tempo que bens - o que é um conhecimento oposto ao visado pelo capital, onde todo tempo deve ser empregue para fazer dinheiro.



Módulo VII – Educação e Extensão na ES

Esse encontro, voltado para Educação e Extensão na ES, proporcionou diferentes abordagens sobre temáticas tão caras às entidades de apoio, como é o caso das ITCPs, que têm nas metodologias baseadas na educação/extensão um ponto de referência. Os animadores foram o Prof. Pedro Costa (NEGA-UFRGS), Mateus Dalmoro e Anelise Adam (ITCP-PUCRS), assim como a representante do Curso Pré-Vestibular Autogestionário, Cristiane Giaretta (acadêmica ITCP-UFRGS) que apresentou a realização dos princípios da autogestão em uma experiência educativa concreta.

Metodologia:

Esse módulo provocou reflexões acerca do papel da Extensão Universitária bem como de que forma/modo pode-se interferir nesta modalidade universitária de forma a potencializar o trabalho que as ITCPs realizam no âmbito da economia solidária ou seja, qual é o papel das Incubadoras neste diálogo extensão/incubação. Por outro lado foi apresentado uma experiência concreta de um processo educativo pautado pelas práticas autogestionárias como é o caso do cursinho Pré-vestibular Autogestionário, realizado por estudantes de graduação da UFRGS voltado à jovens oriundos das classes populares.

Conteúdos:

- Economia Solidária, Educação Popular;
- Extensão, Educação, Metodologia de Incubação.

Material de apoio:

Textos-guia:

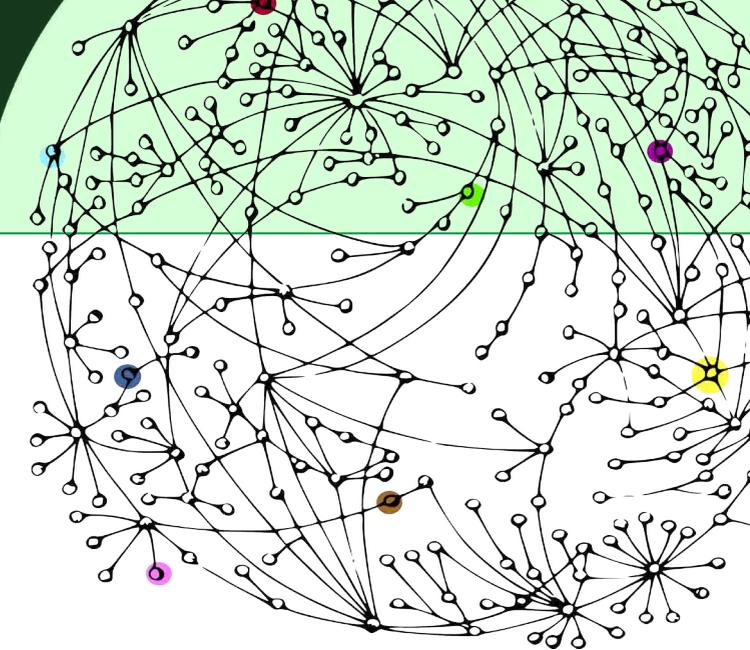
- *A busca do tema gerador na práxis da educação popular, de Antonio Fernando Gouvêa da Silva;
- *A Política Nacional de Extensão Universitária
< <http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf> >;
- *Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão;
- *Política Nacional de Extensão Universitária
< <http://www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/2012-07-13-politica-nacional-de-extensao.pdf> >.

Texto 7: Educação e extensão

Pedro Costa. Prof. - NEGA/UFRGS.

As atividades de extensão universitária fazem parte do processo de formação do estudante de curso superior, que deve se dar, de acordo com a Constituição, e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, de forma indissociável através de ações e ensino, pesquisa e extensão. As ações de extensão podem ser cursos de educação continuada, visitas e viagens técnicas, ou ainda projetos e programas permanentes em que aconteça uma relação transformadora e bidirecional entre universidade e sociedade. Se a pesquisa é a busca de construção de conhecimento novo a partir do estudo de fenômenos nos diferentes campos de conhecimento e o ensino corresponde à atividade de “transmissão” desse conhecimento em sala de aula, a extensão é observada no momento em que esse conhecimento dialoga com as dinâmicas sociais e é reconstruído nessa relação.

Essa concepção atual difere da ideia tradicional de extensão como “prestação de serviços” da universidade para a sociedade, em que a primeira “derrama” sobre a segunda o seu conhecimento, de forma a atender demandas de qualificação e serviços (por exemplo prestação de serviços de prevenção e saúde ou de assistência jurídica a



“populações carentes”). Nessa relação, a sociedade é passiva diante do saber universitário, e dele depende em ações voluntárias e unilaterais. É inegável o valor desse tipo de iniciativa, mas a sua capacidade de transformação social é quase nula: no máximo, pode se falar em mitigação de problemas, que provavelmente persistirão quando o serviço for descontinuado pela universidade, por qualquer motivo.

Quando se fala de uma relação transformadora entre universidade e sociedade, é preciso ter presente que não só a sociedade pode se transformar, ao entrar em contato com o saber universitário, mas também a universidade precisa reconhecer os saberes e as formas de olhar e interpretar a realidade social que são produzidos fora dela. É nesse diálogo que a universidade se transforma.

Tal relação entre universidade e sociedade con-

fere vida e sentido ao conhecimento, na medida em que ele passa a ser validado e constantemente transformado ao encontrar-se de volta no mundo. Em uma sociedade tão desigual e ainda com tantas conquistas sociais a serem alcançadas, a extensão se constitui num valioso canal de comunicação com a universidade, colocando o saber universitário à prova quanto à sua função social e à sua efetiva capacidade de contribuir para os processos de transformação social mais amplos e radicais. É evidente que a pesquisa e o ensino também contribuem indiretamente para a transformação social, mas a extensão tem uma implicação mais densa nesse processo, pois o contato com a realidade é direto.

As ações universitárias no âmbito da Economia Solidária no Brasil estão usualmente abrigadas sob projetos ou programas de extensão e por isso essas questões apontadas acima voltam (ou deveriam voltar) permanentemente quando estamos pensando, fazendo ou avaliando nossas ações nesse campo. Assessorias, capacitações e incubação são exemplos dessas atividades, nas quais é preciso que estejamos permanentemente atentos para avaliar se

estamos conseguindo construir uma relação dialógica e bidirecional com os atores sociais que nele trabalham e militam.

Uma relação dialógica implica em diálogo: a universidade fala e também escuta; ensina e também aprende. É evidente que os apoios e a troca de ideias ajuda e soma nas experiências e que as universidades têm o que aportar na relação com as pessoas que constroem a Economia Solidária. Conhecimentos técnicos, jurídicos, contábeis e de gestão são importantes nas experiências de Economia Solidária, assim como as atividades formativas que incentivem as pessoas a serem cidadãos e trabalhadores mais críticos, ativos e militantes. Contudo, é necessário reconhecer que tais iniciativas se apoiam



em práticas sociais já consolidadas e que se estruturaram a partir de contextos socioculturais diversos que precisam ser entendidos para que possamos construir, junto com as pessoas, formas e meios de organizar o trabalho que levem à construção de melhores condições de vida, em todos os sentidos.

As propostas de vida e de trabalho defendidas

pela Economia Solidária convergem com os compromissos que a extensão universitária brasileira¹ tem com o país, na direção da construção de uma sociedade solidária e mais justa, na qual as mazelas sociais como a pobreza, exclusão, preconceitos, degradação ambiental e violação dos direitos humanos, entre outras, devem ser vistas como questões públicas e desse modo enfrentadas, com a contribuição ativa da universidade. Portanto, a luta por espaços, políticas e apoios para as experiências de Economia Solidária é mais do que uma opção político-ideológica: representa um dos esforços possíveis e necessários de serem feitos na construção desse ideal societário, e com o qual a universidade brasileira precisa estar comprometida.

Nesse sentido, a extensão também cumpre papel fundamental de formação do aluno e lhe apresenta uma realidade social para além das aulas e livros que, mesmo continuando imprescindíveis, talvez sejam insuficientes para a sua formação realmente cidadã e com a construção e reconstrução permanente de sentidos para o conhecimento do seu campo de formação. A experiência da extensão tem o potencial de dar contornos políticos ao aprendizado e à formação profissional, na medida em que o aluno se torna capaz de identificar as implicações sociais do conhecimento e da prática profissional da

.....
¹ Baseamo-nos na Política Nacional de Extensão Universitária produzida no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das IES Públicas (<http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>) em 2012.

Texto 8: A Educação Popular como método de incubação

carreira que está abraçando.

Além disso, a extensão demanda e se funda sobre a interdisciplinaridade, pois as questões sociais em geral, e as de Economia Solidária em particular, são extremamente complexas e não cabem em campos disciplinares fechados. Diferentes olhares são necessários para se compreender, entender e poder incidir sobre fenômenos sociais como esses, e isso permite ao aluno desconstruir o seu “olhar” a partir do encontro e do diálogo com olhares de outros alunos e de outros professores, usualmente de campos disciplinares diferentes do seu. Com esse exercício de leitura e interpretação interdisciplinar da realidade, enfraquece-se o risco de uma formação monolítica e limitada do alunos, e se lhe apresentam novos horizontes de ação e de construção de conhecimento.

Ou seja, quando falamos de extensão, estamos diante de uma prática universitária com grande poder de transformação social: não só pela possibilidade de contribuir efetivamente nos processos de transformação da realidade, rapidamente apresentada acima, mas também – e especialmente – pela possibilidade de transformação da universidade, de professores e de alunos, das formas de ensinar e de aprender e das relações que passam a se construir entre universidade e sociedade.

Entrar na Economia Solidária através da extensão é uma viagem fascinante, mas que requer muito estudo, flexibilidade,

de, capacidade de diálogo e disposição para aprender e ensinar a todo momento. A formação de um aluno – e também a trajetória de quem trabalha e milita na Economia Solidária – não se esgota na extensão, mas acreditamos que ela pode contribuir sensivelmente nesse processo. Uma boa viagem para todos nós.



Encontros de Botânica Camponesa - 2014.

Kellen Pasqualetto e Gilmar Gomes. Técnicos - IFRS/POA e ITCP/UFRGS

Há acordo entre os participantes do movimento de economia solidária - ES que a Educação Popular é o método mais apropriado para a educação/formação, tanto dos sujeitos no interior dos empreendimentos de ES, quanto dos integrantes das equipes de incubação, a partir do pressuposto que o trabalho de acompanhamento/assessoria deve ser, antes de qualquer coisa, um processo educativo. Mas o que de fato é Educação Popular e porque esta abordagem educativa tem sido adotada pelas ITCPs?

A Educação Popular representa uma abordagem epistemológica que põe em cheque as práticas tradicionais de construção do conhecimento e sugere uma revisão dos sentidos da própria educação. Não constituindo um modelo único ou paralelo de educação, mas um campo de ideias e práticas que se move por e pela diferença e compreensão do outro, através de formas não autoritárias de ensino-aprendizagem.

A Educação Popular é um método que valoriza os saberes prévios das populações

de um modo geral, sobretudo daquelas cujo acesso à educação foi negado em função da condição de exclusão social, em particular. Enquanto prática pedagógica constitui uma concepção de educação operada a partir de processos contínuos e permanentes de formação que alia os saberes encontrados na realidade dos aprendentes à teoria acadêmica, em um movimento dialógico, em prol de transformar a realidade a partir do protagonismo dos próprios sujeitos. Construção que o método prioriza como algo complexo no sentido que é dado por MORIN (1990) como aquilo que é tecido em conjunto. Embora pensada originalmente para ser um método voltado à educação de jovens e adultos, com o tempo sua apropriação disseminou esta concepção para outras áreas da educação.

Para Freire (1984), o método na Educação Popular é, antes de qualquer coisa, um caminho de conhecimento, não podendo restringir-se a um corpus fechado de técnicas, normas, regras e procedimentos, como se fosse uma receita de bolo. Nesse sentido, o método não se restringe à mera escolarização, podendo ocorrer no chão de fábrica, nas cooperativas e associações de ES, nas associações de moradores, nos assentamentos de reforma agrária, ou seja, em quaisquer espaços escolares ou não escolares. O que não significa que a mesma não



Coolabore - Cooperativa de Catadores de Campo Bom

possa ou não deva estar presente na escola formal e na própria universidade.

Assim, esta abordagem observa atentamente o povo em suas realidades culturais, território, condição econômica e de produção da vida e modo geral, com o objetivo da construção de saberes que possa ser um instrumento de transformação da vida dos trabalhadores, dos camponeses, da população em situação de exclusão. Está implicada com o desenvolvimento de um olhar crítico, que facilita o desenvolvimento das comunidades onde os educandos estão inseridos, pois estimula o diálogo e participação comunitária, possibilitando uma melhor leitura de realidade social, política e econômica. A educa-

ção é vista como ato de conhecimento e transformação social, tendo necessariamente, um cunho político.

A economia solidária é uma forma de produzir, pensar e se relacionar a partir da geração de trabalho e renda e caracteriza-se, principalmente, pela produção cooperativa de bens e serviços. A economia solidária – ES envolve um conjunto de atividades em áreas como produção, prestação de serviços, comercialização e consumo, organi-

zados por empreendimentos coletivos, solidários e autogestionários que podem tomar a forma de cooperativas, associações e/ou microempresas e cujo objetivo é a geração de trabalho, renda e desenvolvimento de novas relações de produção e de novas relações sociais.

Por fim, respondendo a pergunta inicial, as incubadoras e as comunidades envolvidas com a economia solidária adotam a educação popular como metodologia de ação porque, à luz das ideias de Paulo Freire, ela contribui para um tipo de formação que não se restringe ao padrão aula ou palestra, mas, sobretudo, busca a construção do conhecimento através diálogo e a partir das vivências e experiências de cada participante.

Por outro lado, outra questão importante nesta discussão é evitar que, nossa posição de intelectuais engajados, nosso acúmulo ou a experimentação do dia-a-dia na economia solidária, não cause a sobreposição do conhecimento da academia aos demais atores da economia solidária, principalmente evitando que nosso discurso ou nossas ações venham negar ou desqualificar o que esses atores trazem aos espaços formativos. Pois como bem salienta TIRIBA (2007, p.2)

“(…) vale lembrar que a educação popular nos ensinou ser preciso semear dúvidas quanto às relações pedagógicas “bancárias” que, pretensamente neutras, asseguram a dominação dos que “não sabem” pelos os que “sabem”. Entre tantas outras lições, aprendemos ser a educação um ato político.”

Por esta razão, a educação popular tem sido adotada pelas ITCPs como o método mais coerente

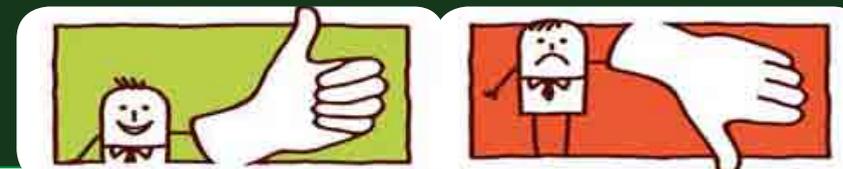
e eficaz para o desenvolvimento de metodologias de incubação que visa, não apenas a assessoria técnica, mas, sobretudo, uma visão de mundo que inclua o germe da transformação social.



Referências:

- FREIRE, Paulo. O Sonho Possível. In: O Educador Vida e Morte: escritos sobre uma espécie em perigo. Pag. 89-102. Graal, Rio de Janeiro, 1984.
- _____. Pedagogia do Oprimido. 17ª Edição Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987.
- _____. Pedagogia da Autonomia. 1996. São Paulo: Paz e Terra,
- MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo, 1990. Lisboa. Instituto Piaget.
- GOMES, G. G. Rede justa trama – cadeia produtiva do algodão ecológico: as territorialidades da economia solidária. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em Geografia/UFRGS, 2011. (dissertação de mestrado).
- TIRIBA, Lia. O Lugar da Economia Solidária na Educação e o Lugar da Educação na Economia Solidária. In: MELLO, Sylvia Leser de et al. Economia Solidária e Autogestão: Encontros Internacionais. São Paulo, 2007. p. 153-164.





Nesse encontro conhecemos a experiência de outra incubadora, a escolhida foi a do Unilassale. A equipe da Incubadora realizou com o grupo do Nivelamento uma dinâmica de planejamento estratégico a partir de uma adequação do modelo SWOT para a economia solidária, que conhecemos também como FOFA. O planejamento foi referente a execução dessa formação.

Alexandra Seghetto. Acadêmica – Unilassale

A SWOT é a sigla dos termos ingleses Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças) que consiste em uma metodologia bastante conhecida no âmbito empresarial.

Em Administração de Empresas, a Análise SWOT é um importante instrumento utilizado para planejamento estratégico que consiste em recolher dados importantes que caracterizam o ambiente interno (forças e fraquezas) e externo (oportunidades e ameaças) da empresa.

A Análise SWOT é uma ferramenta utilizada para fazer análise ambiental, sendo a base da gestão e do planejamento estratégico numa empresa ou instituição. Graças a sua simplicidade pode ser utilizada para qualquer tipo de análise de cenário, desde a criação de um blog à gestão de uma multinacional. Este é o exemplo de um sistema simples destinado a posicionar ou verifi-

car a posição estratégica da empresa/instituição no ambiente em questão.

A técnica de análise SWOT foi elaborada pelo norte-americano Albert Humphrey, durante o desenvolvimento de um projeto de pesquisa na Universidade de Stanford entre as décadas de 1960 e 1970, usando dados da Fortune 500, uma revista que compõe um ranking das maiores empresas americanas.

As informações referidas abaixo devem ser enquadradas nas categorias FOFA para análise do cenário da empresa:

- Forças - vantagens internas da empresa em relação às concorrentes. Ex.: qualidade do produto oferecido, bom serviço prestado ao cliente, solidez financeira, etc.
- Oportunidades – aspectos externos positivos que podem potencializar a vantagem competitiva da empresa. Ex.: mudanças nos gostos dos clientes, falência de empresa concorrente, etc.;
- Fraquezas - desvantagens internas da empresa em relação às concorrentes. Ex.: altos custos de produção, má imagem, instalações desadequadas, marca fraca, etc.;
- Ameaças - aspectos externos negativos que podem por em risco a vantagem competitiva da empresa. Ex.: novos competidores, perda de trabalhadores fundamentais, etc.

A proposta de construirmos uma matriz FOFA para o curso de Nivelamento de Economia Solidária teve como objetivo a possibilidade realização do curso no ano de 2015. Iniciamos com o levantamento das forças e fraquezas, oportunidades e ameaças.

Fatores internos:

Qual o seu objetivo em relação ao nivelamento?
O que espero ter aprendido no término do nivelamento?

Porque você está participando do nivelamento?
A quem o nivelamento deve atender?
Qual a proposta do nivelamento?

Quanto aos fatores externos:

Cite os fatores externos que podem prejudicar o acontecimento da próxima etapa do nivelamento?
Cite os fatores externos que podem favorecer o acontecimento da próxima etapa do nivelamento?

O que está faltando para tornar o nivelamento mais interessante?

Porque as pessoas não acompanham todos os encontros e/ou abandonam o nivelamento?

Ameaças:

O que há de ruim no nivelamento?
A qualidade do nivelamento é positiva?
Quais os aspectos positivos?
O que é bom no nivelamento?
Encontrado as forças e fraquezas, oportuni-



Módulo IX – Economia Solidária e os Movimentos Sociais

des e ameaças. O cruzamento da matriz não foi realizado por falta de tempo e disposição de horário dos integrantes do nivelamento.

Quanto custará?

Como será feito?

Quem deverá ministrar?

Quando fazer e com qual frequência?

Por que fazer?

Onde fazer? Será uma continuação do mesmo, ou será feito de outra forma?

O que fazer para o próximo nivelamento acontecer?



Metodologia:

A condução da dinâmica foi realizada pela equipe da incubadora do Unilassale, Essas perguntas norteadoras para a construção do planejamento do Nivelamento para 2015 foram trabalhadas a partir de um jogo de tabuleiro gigante, onde os pinos eram garrafas PET coloridas, a foi turma foi dividida em 3 grupos e a proposta central era a não competição e sim ajuda mútua para as reflexões relacionadas ao Nivelamento.

Reflexões: Não conseguimos concluir o jogo, no entanto a proposta era termos conhecimento dessa ferramenta que pode ser utilizada tanto internamente na incubadora quanto no processo de incubação dos Empreendimentos.

Referente as reflexões sobre o nivelamento, as fraquezas e forças abordadas foram:

Fraquezas: Há pouco debate entre os participantes; Textos extensos; Não priorização das incubadoras com a formação, sobrepondo atividades.

Forças destacadas: Integração; Trocas empíricas; Qualificação do aprendizado; Não é uma lógica de transferência de conhecimento.

Além disso, inúmeras outras reflexões surgiram durante o jogo, como: Paciência para compreender o tempo do outro; União interna da equipe; A não disputa, pois não haveriam vencedores é um fator de reflexão e debate, pois caminhamos na contra-mão da lógica da educação convencional; A possibilidade de elaboração de planejamento estratégico de uma maneira lúdica.

Material de apoio:

Texto base: *Levantamento e Priorização de Problemas e Propostas de Soluções e de Ações DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO, de Robinson Henrique Scholz.

Os animadores desse encontro foram O Prof. Robinson Henrique Scholz (Incubadora Unilassale) e integrantes da ONG Guayi¹, Manoela D. Flores e Loredana Lima Vieira.

Conteúdos:

- Ecosol, & lutas sociais;
- Juventude & ecosol;
- Gênero & ecosol;
- Etnia & ecosol.

Material de apoio:

Texto-base:

*Economia Solidária e Feminista um Encontro Possível. Graciete Santos <http://www.fbes.org.br/biblioteca22/economia_feminista_um_encontro_poss%EDvel>

Metodologia:

O Prof. Robinson iniciou a tarde com uma dinâmica, cada participante deveria escrever num papel e depois relatar alguma situação que se percebeu sofrendo alguma desigualdade/exclusão. Cada pessoa relatava e entregava para outro participante o novelo de lã, formando assim uma rede. A atividade foi intensa, algumas pessoas se emocionaram ao relatar o fato e também tivemos momentos de discussão, demonstrando assim a nossa fragilidade de entendimento e respeito à visão dos outros. Depois dessa atividade tivemos uma explanação teórica sobre gênero conduzido pelas representantes da Guayi. Apresentaram dados significativos sobre a questão de desigualdades das mulheres na sociedade, assim como explicaram o andamento do Projeto Organização da Rede de Economia Solidária e Feminista que a Guayi vem trabalhando em 9 estados do país. Por fim, consideramos que foi o encontro em que mais tivemos troca de experiência, em decorrência da metodologia utilizada que propiciou a participação de momentos de fala e de escutas emocionadas que contribuem para reflexões sobre a nossa atuação.

¹ Guayi – Democracia, Participação e Solidariedade foi fundada em 2001 e legalmente constituída como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Módulo X – Autogestão

Contamos com a participação dos Professores Carlos Schmidt (NEA-UFRGS) e Fábio Meira (NEGA-UFRGS) para a animação da discussão e com a participação de EES, Misturando Arte¹ - Katiúcia Gonçalves e representantes de inúmeros Fóruns regionais gaúchos do RS que estavam reunidos em POA nesse dia e vieram participar da discussão.

Conteúdos:

- Explicação sobre Autogestão;
- Avanços, limites e desafios da Autogestão.

Metodologia:

A metodologia utilizada pelos convidados foi uma conversa de roda, cada um expôs suas ideias em 20 min e a partir de intervenções dos participantes o diálogo foi se construindo. Os representantes do Fórum Gaúcho de economia solidária fizeram intervenções interessantes trazendo um pouco da realidade regional do Estado do Rio Grande do Sul.

Esse encontro teve um aspecto interessante, ficou evidente a diferença de compreensão sobre autogestão entre a academia e os empreendimentos. Para os empreendimentos o fato de realizarem autogestão ou trabalharem nessa perspectiva já é suficiente e se entendem como alternativos ao capitalismo, por outro lado, a discussão mais acadêmica tem abordagem diferentes que questiona a possibilidade de autogestão “numa ilha” somente num local específico.

Material de apoio:

Texto base: Qual autogestão? Henrique Novaes

¹ Grupo de artesãos da Vila Primeiro de Maio de Porto Alegre reunidos desde o ano de 2006, com o objetivo de fomentar a economia local, através da prática da cooperação, solidariedade e cuidado com o meio ambiente.

Texto 10: Autogestão na economia solidária: aspiração e transpiração...

Fábio Bittencourt Meira. Prof. – NEGA/UFRGS.

A autogestão não existe, não é uma coisa, está sempre em construção, é um processo e como tal exige trabalho. É o que o título deste texto quer sugerir. Mas, a aspiração autogestionária é problemática porque não é uma aspiração qualquer. Como já foi discutido por muitos autores, a vida em sociedade é um modo de subjetivar, quer dizer, um modo de nos fazer desejar. Nossa subjetividade é constituída para e pela vida social. Portanto, cabe perguntar: que tipo subjetivo é constitutivo da sociedade em que vivemos? Será uma subjetividade afinada com aspirações autogestionárias? Noutra palavras, a autogestão pode ser algo desejável para nós como



sujeitos desta sociedade?

Um primeiro ponto da discussão sobre autogestão tem a ver com o problema de identificar os sujeitos para os quais a autogestão é desejável. Todo o sujeito está num meio social, por isso a questão não se esgota na dimensão individual. Pensar o sujeito implica pensar o modo da sociedade subjetivar e a reprodução social como produtora de subjetividades. Portanto, temos que nos perguntar sobre o espaço da autogestão em termos sociais.

Um segundo ponto então não poderia ser outro: é preciso definir o objeto deste desejo, afinal o que é autogestão? A discussão não é nova. Quanto a mim, a prudência leva a abandonar qualquer ideia normativa, admitindo somente uma concepção processual: a ideia de um trabalho incessante de luta por autonomia. Uma luta social pois não há autonomia do indivíduo. Para entender o porquê, basta voltar ao argumento dos parágrafos anteriores.

Ora, se desejar a autogestão é desejar a autonomia, os sujeitos que estariam indiscutivelmente nesta condição foram identificados por Marx no Manifesto: os trabalhadores, ou melhor, aqueles que não tem nada a perder a não ser os seus grilhões! Tudo indica que a economia solidária representa muito bem a parte dos grilhões, mas não a condição geral dos trabalhadores. Exatamente por isso, vale a pena

Texto II: AUTOGESTÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

esperar dela (economia solidária) que seja um lugar em que a aspiração pela autogestão aconteça.

Mas, a prática mostra que a história é outra. Muitos pesquisadores e ativistas apontam os limites da autogestão na prática cotidiana da economia solidária. É assim que chegamos à segunda parte do título: a transpiração. É importante entender que se autogestão não é uma coisa que se conquista – uma medalha, um certificado, um diploma ou qualquer coisa assim – mas um processo de incessante construção, então é claro que isto vai dar trabalho!

No caso da economia solidária, a prática cotidiana é um problemão. Primeiro porque é preciso atender uma série de exigências legais e burocráticas que ocupam muito o tempo da gente. Segundo, é preciso ter tempo para produzir. Terceiro, é preciso fazer produto circular, vender. Se sobrar tempo, discute-se e decide-se o que fazer, quantas assembleias etc. E todos são demandados a refletir sobre a melhor forma de organizar o trabalho coletivo e todo mundo deve falar, opinar, discordar, concordar. Enfim, é assim que se faz a autogestão acontecer.

Vejam só em que enrascada nos metemos! Será que existe uma saída? De meu ponto de vista somente como muita aspiração e muita transpira-

ção. Porque de tudo que foi dito até aqui, nada se falou quanto a educação, conhecimento, formação etc. O tempo é e será sempre escasso! Observem como nossa condição está dada de antemão, é assim que as coisas são... esta é a realidade. Então, o problema passa a ser outro: como mudar a realidade? Então eu pergunto: a autogestão muda a realidade?

Volte ao começo...



Alexandra Carla Seghetto. Acadêmica - ITCP/UNILASALLE; e Renata dos Santos Hahn. Técnica - ITCP/UNISINOS.

A proposta da Economia Solidária é criar e desenvolver outras formas de relações no mundo do trabalho, como: trabalho coletivo, participativo e democrático, procurando valorizar sempre a pessoa. Todavia, é pertinente salientar que esse modelo de

economia é caracterizado pela forma de organizar a atividade econômica a partir dos princípios da autogestão (modelo em que todos os membros decidem sobre o empreendimento), da solidariedade, cooperação e ajuda mútua. É uma forma de inclusão social, trabalho e renda. Portanto, não há separação entre capital e trabalho, entre os detentores dos meios de produção e aqueles que vendem a força de trabalho. A Economia Solidária se propõe a ser um modo de produção alternativo ao capitalismo, pois seu objetivo maior é o bem comum.

Indiferentemente da sua função ou cargo em que atua, o membro possui os mesmos direitos aos demais, podendo votar e ser votado. Embora a atuação nos empreendimentos deva ser condizente com os princípios da economia solidária (autogestão, democracia, cooperação, solidariedade, igualitarismo) um dos grandes desafios encontrados está na existência de associados com pensamento heterogêneo, especialmente aqueles com cargo de coordenação, que se, adotarem essa postura, podem afetar de maneira negativa e desvirtuar o modelo de trabalho coletivo e solidário do grupo, podendo comprometer a autogestão democrática. Uma das causas sempre levantadas para explicar os conflitos em empresas autogeridas é esta que trata da



forte presença da concepção de trabalho capitalista em nossa cultura. Sato; Esteves (2002). Entretanto, cabe colocar outras questões neste debate. De maneira simplificada, pode-se dizer que onde há pessoas, há também conflitos, por mais liberdade de expressão ou solidariedade que possa ali existir, ou justamente por isso. Os autores acima comentam: “O conflito é a demonstração de que há possibilidade do debate público das questões que permanentemente acometem o empreendimento. O conflito demonstra que há vida política ativa no grupo” (Sato; Esteves, 2002, p. 42).

A autogestão é entendida como sinônimo de participação efetiva, sem distinção entre sócios e trabalhadores, uma vez que os trabalhadores são os sócios e vice-versa. Para Singer (2002) no Brasil, o cooperativismo popular e autogestionário, na perspectiva da economia solidária, emerge de uma realidade globalizada com altos níveis de exclusão como, trabalhadores excluídos não apenas do processo produtivo formal, mas, na sua maioria, do acesso à educação, da oportunidade de participar criticamente como cidadãos do aparato social constituinte do seu tempo, da sua história. Mesmo os trabalhadores que tiveram acesso ao



ensino fundamental ou médio, compartilham de uma formação acrítica, sem a sensibilização para outras possibilidades que não à lógica capitalista de organização do trabalho.

A história do mundo e o atual contexto social, econômico e político no Brasil do século XXI remete à reflexão sobre o significado do termo trabalho e em que condições ele se apresenta, tanto para a procura de um melhor ideal quanto para uma alternativa frente às precárias propostas de atuação para o trabalhador, a autogestão é uma proposta para a mudança social, econômica, política, onde as ações, decisões devem ser pensadas e realizadas por todos os membros. No âmbito econômico, o capital deve ser conhecido em segundo plano, em que o trabalho se constitui como tema central. Politicamente falando, é necessário que se criem instrumentos capazes de garantir que as decisões sejam uma construção coletiva para realmente funcionar democraticamente.

Quando os empreendimentos econômicos solidários desenvolvem suas práticas de forma mais autogestionárias, as tarefas realizadas e as decisões perti-

nentes a serem tomadas, em consenso de todos criam mais força e a democracia estreita suas práticas no convívio coletivo. Os empreendimentos possuem uma estrutura de organização quanto à função de cada um, é como um empreendimento capitalista, mas, a grande diferença é que as pessoas são autogestionárias, e não se limitam a determinada função, se necessário os membros que possuem aptidão para determinar uma atividade são conduzidos a realizá-la. Quanto aos membros que estão dispostos, mas não possuem aptidão para realizar determinada tarefa, possuem a liberdade para aprender, se capacitar para desenvolver outras funções dentro do ambiente de trabalho.

Essas demandas por ressignificações advêm, em grande medida, das diferenças de referenciais, de valores existentes entre ambas as realidades, entre trabalhar em uma empresa heterogerida ou autogerida, que acabam encerrando compreensões e modos de agir diversos e, por vezes, contraditórios. Concepções anteriores acerca de trabalho, divisão de tarefas, remuneração, pla-

mento e coordenação das atividades produtivas, são alguns poucos exemplos de questões que trabalhadores, envolvidos com empreendimentos autogestionários, veem-se impelidos a rever em seus novos cotidianos de trabalho.

Em síntese, a autogestão em empreendimentos solidários representa um processo de permanente construção, que se articula no enfrentamento cotidiano de aspectos socioculturais presentes em uma lógica de educação calcada em valores adversos aos valores e princípios de uma organização capitalista. Desta forma, pode-se dizer que um dos grandes desafios para o exercício da autogestão é desvincular-se da lógica do mercado de trabalho, onde o trabalhador não tem voz e fazer com que os trabalhadores exerçam a democracia na gestão de seus empreendimentos.

Referências:

- SATO & ESTEVES, Economia solidária e autogestão. Uma prática para ser considerada da autogestionária, 2002.
- SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

Módulo XI – último encontro

Realizamos o último encontro no Parque Farroupilha (Redenção). Esse encontro teve o foco no encerramento da formação e reflexões sobre a avaliação, propostas de continuidade em 2015 e elaboração desta cartilha.

(In)conclusões: desafios, dificuldades e ganhos da formação

A partir desta experiência de formação interuniversitária, uma série de questões surgem e nos instigam ao aprofundamento.

De forma geral a formação foi proveitosa, pois mais do que resolver questões proporcionou provocações e dúvidas profundas, tanto dos conteúdos abordados quando das metodologias utilizadas.

A tentativa de realizar processo educativo presente no ideário da educação popular tem uma relação direta com os desafios de construção de uma nova economia, pautada pela cooperação, pelos laços de confiança e solidariedade e que desafie o sistema hegemônico. Trata-se de uma tentativa de lançar as bases de uma nova sociedade, um porvir que floresce aqui e ali, demandando a construção não apenas de uma outra economia, mas, princi-

palmente, de novas humanidades. Neste sentido, as ITCPs cumprem um papel fundamental, pois, são capazes de aglutinar e fazer gravitar em sua volta sujeitos dispostos a problematizar o mundo com o intuito de transformá-lo.

A economia solidária, como provoca CRUZ, 2009¹ é importante “à medida que educa os trabalhadores para uma nova sociedade, que experimenta valores dialógicos e que prefigura o tipo de organização econômica que poderá superar o regime de compra-e-venda de trabalho”. Nesse sentido, entende-se que o processo de educar não é neutro.

Com essa experiência de formação pode-se constatar a necessidade de qualificação permanente interna nas incubadoras, contando com diálogos entre os participantes das incubadoras e os trabalhadores dos coletivos, pois essa inter-relação possibilita a aproximação entre os agentes construtores de conhecimento, mantendo assim todos envolvidos na troca e na construção coletiva do “ensinar e do aprender”, em uma perspectiva dialógica.

Como principais dificuldades, apontamos duas questões: 1 - A baixa adesão dos participantes às leituras propostas, o que compromete a compreensão e a participação nas discussões; 2 - As incubadoras,

por mais que entendam a importância da formação, muitas vezes não priorizam a participação de seus bolsistas, os sobrecarregando de tarefas.

Como pressuposto dessa qualificação permanente das incubadoras está a definição de projeto societário que defende, seu direcionamento e objetivo, pois isso é fundamental para a escolha e elaboração de uma metodologia adequada. Percebeu-se que essa formação tem um caráter fundamental de complementação curricular para os estudantes universitários, pois dentro da grade prevista em seus cursos, essas discussões normalmente não estão presentes, proporcionando a reflexão de uma diversidade de conteúdos que desmistificam a lógica do sistema, conforme FREIRE, 1996², “é exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do

conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível.”

No que se refere aos trabalhadores participantes, entende-se que colocá-los no espaço de educadores, contribuindo na formação dos bolsistas que futuramente trabalharão com eles, é satisfatório, valoriza e reconhece os seus conhecimentos, contri-



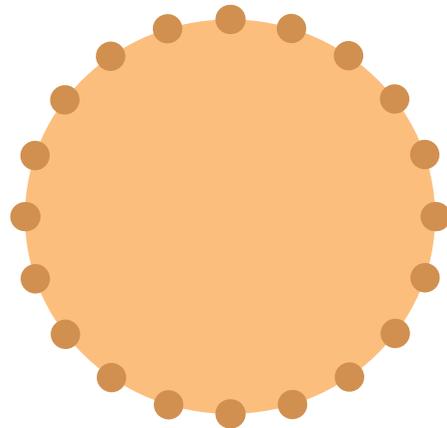
1 In: antares.ucpel.tche.br/nesic/educpopularecosol.pdf.

14 FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. 1996. São Paulo: Paz e Terra,

buindo assim para a desconstrução de espaços rígidos consagrados de quem aprende e de quem ensina.

Finalmente, essa experiência apontou que estamos construindo um caminho interessante na formação dos bolsistas das incubadoras, que proporciona o reconhecimento e compreensão do outro, respeitando sua trajetória e valorizando sua contribuição. A partir dos resultados da articulação entre as incubadoras, a organização do GT-Educação e Formação em ES e esta formação que qualificou o trabalho dos profissionais envolvidos (estudantes, técnicos, docentes e empreendedores), seguirá na elaboração de novos espaços semelhantes com a certeza de que sozinhos não construiremos nada de realmente significativo.

Concluimos a formação com a tarefa de elaborar uma forma efetiva de capacitação, desenhando melhor a proposta de seu alcance, foco e eficiência, além de aprofundar o debate sobre o Projeto Societário que se acredita e se busca contribuir a partir da economia solidária, além do compromisso de registrar a experiência e escrever essa cartilha para que essa experiência possa ser multiplicada.



“Ao abordar aspectos fundamentais da Economia Solidária, a proposta desta Cartilha é a apresentação de conceitos e temas aos novos integrantes das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares - ITCPs, assim como servir de base para a replicação de outras atividades formativas.”

Paulo Albuquerque

Realização

GT EDUCAÇÃO da Rede de ITCP's da Região Metropolitana de Porto Alegre

Apoio



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

